



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 9 de dezembro de 2020

Ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, reuniu, no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, a Assembleia Municipal. A Sessão foi simultaneamente transmitida via *streaming* no local onde decorreu.

- PRESENTES -

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; Vasco Costa Brandão de Moura Ramos, em substituição do Senhor Deputado André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Teresa Maria Vilas Boas Figueiredo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Carla Dulcinea Andrade Cerqueira de Borlido Barbosa, em substituição do Senhor Deputado Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Ana Maria Mourão Sotto-Mayor Lima, em substituição do Senhor Deputado Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; António Manuel Pereira Rodrigues Cunha, em substituição do Senhor Deputado Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Maga-



lhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; Gianpiero Freire de Zignoni, em substituição do Senhor Deputado José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Alberto Bastos Torres, em substituição do Senhor Deputado Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Nuno do Amaral Correia Ricardo Romão, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Be-biana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Car-queja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Eduardo António Durães Rêgo, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Paulo José Ferreira Cardoso, em substituição do Senhor Presidente, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Fre-guesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Il-defonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia;

Às 16h00, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes 41 Deputados Municipais.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.



Entraram na Sessão os Senhores Deputados Raúl Almeida (RM) e Maria da Graça Vaz (PS).

- EXPEDIENTE -

(Expedido a 04.12.2020)

- Edital das deliberações tomadas na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 30 de novembro de 2020.
- Minuta da Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 30 de novembro de 2020.

Considerando a ausência na Sessão do Senhor 2.º Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, solicitou indicação ao Grupo Municipal Rui Moreira: Porto o Nosso Partido, de um membro substituto. O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) indicou a Senhora Deputada Isabel Ponce de Leão, que assumiu o lugar de 2.ª Secretária da Mesa.

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Entrou na Sessão o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD).

- Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço proposto pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.

(NUD/513301/2020/CMP)

A Senhora Deputada Maria Isabel Ponce de Leão (RM) procedeu à apresentação do Voto de Pesar: «Nascido no concelho de Almeida, distrito da Guarda, em 23 de maio de 1923, aí fez a sua formação inicial, a que daria continuidade no Liceu da Guarda e concluiria no Colégio Militar de Lisboa. Licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aí fica como Professor Assistente até 1953. Entre 1953 e 1958 exerce as funções de



Leitor de Língua e Cultura Portuguesa nas Universidades de Hamburgo, Heidelberg e Montpellier e, no ano letivo de 1958-1959, rege a disciplina de Filosofia, como Professor Convidado, na Universidade Federal da Bahia. Volta à Europa e ocupa o lugar de Leitor, a cargo do governo francês, nas Universidades de Grenoble e de Nice. Nesta última irá desempenhar, posteriormente, as funções de Maître-Assistant até à sua jubilação em 1989. Dirigiu Finisterra, a Revista de Reflexão Científica, e foi depois nomeado Adido Cultural junto da Embaixada de Portugal em Roma. A sua primeira publicação Heterodoxia I data de novembro de 1949. Não vou escarpelizar a obra toda, vou sim pôr em evidência as obras que foram premiadas como: Pessoa Revisitado – Prémio Casa da Imprensa; Poesia e Metafísica – Prémio de Ensaio Jacinto Prado Coelho; Fernando, Rei da nossa Baviera – Prémio Nacional da Crítica; Nós e a Europa ou As Duas Razões – Prémio Europeu de Ensaio, que distinguiu o conjunto da obra e O Canto do Signo – Prémio D. Dinis de Ensaio. Recebeu inúmeras distinções, eu poderia estar aqui a lê-las todas, não o vou fazer, isto está tudo disponível, mas foram cerca de 20 distinções que o Professor Eduardo Lourenço recebeu. Eduardo Lourenço teve um mérito indiscutível e só o arreigamento à cultura francesa, propiciadora de um estilo rebuscadamente "artiste", impediu que alcançasse um maior número de leitores. Continuou a desvendar Portugal na senda de Eça, Antero, Oliveira Martins, Pessoa, Sérgio ou Miguel Torga e prolongou a investigação de João Gaspar Simões, José Régio, António Quadros e Adolfo Casais Monteiro, juntando-se aos nomes de José Augusto Seabra e José Gil na prossecução dos estudos pessoanos. Agitador de ideias, proponente de hipóteses de trabalho, os deuses sorriram-lhe e teve, em vida, homenagens e colóquios de toda a ordem. Exige-nos, neste momento, o exercício de uma análise precavida, inacessível a mitificações, posto que tenha deixado uma marca suficientemente impressiva, entre nós, não merece ser tratado como um ícone religioso, antes como um homem muitíssimo inteligente, com as virtudes e as debilidades intrínsecas ao ser humano. Por isso propomos um voto de pesar e um minuto de silêncio».

- Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço proposto pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.



(NUD/513868/2020/CMP)

O Senhor Deputado Rui Lage (PS) procedeu à apresentação do Voto de

Pesar: «Portugal teve alguns intérpretes de primeira grandeza, filósofos, historiadores, escritores, artistas, cientistas, políticos, espíritos que foram capazes de lhe descobrir ou propor um sentido, de o levar a olhar-se ao espelho e reconhecer-se além das cintilações de superfície e dos enredos epocais. No século XX, o século de todas as ruturas, de todas as perdas, de todos os lutos, teve um Teixeira de Pascoaes, um António Sérgio, um Jorge de Sena, entre outros. Mas talvez nenhum desses tenha alcançado as alturas de Eduardo Lourenço, Prémio Camões e Prémio Pessoa, que nos deixou a 1 de dezembro, aos 97 anos. Ensaísta, filósofo, crítico literário e professor, qualquer rótulo que lhe possamos colocar soará redutor, senão mesmo mesquinho. Ele foi, na feliz expressão de Lídia Jorge, pronunciada aquando da Feira do Livro do Porto que em boa hora, o homenageou em 2019, um "poeta do pensamento". Poeta do pensamento será aquele que conjura a beleza por meio de ideias e conceitos. E é inegável que a sua ensaística nos seduziu, como só a melhor poesia nos seduz e que alguns dos seus textos mais memoráveis versaram poetas: Pessoa, Camões, Antero, Eugénio de Andrade. Talvez nenhum outro vulto da nossa cultura tenha dado tamanho contributo para a compreensão dos mitos, das idiossincrasias e dos labirintos do nosso trajeto coletivo, não com vista a encontrar o centro ou uma saída desses labirintos, mas para explorar cada bifurcação, cada interseção, para desfiar a trama e acomodar o mistério, contentando-se com um vislumbre do autêntico em vez de epifanias atordoantes ou sentenças inflexíveis. O método vem enunciado no subtítulo de *O Labirinto da Saudade*, o seu livro de maior repercussão pública, *Psicanálise Mítica do Destino Português*. Como na psicanálise, e é um leigo que o diz, a finalidade não é curar mas ajudar o paciente a trazer à superfície as suas zonas recônditas, ensiná-lo a conjurar os seus fantasmas, a dialogar e a coabitar com eles. Cético do racionalismo, foram as reverberações metafísicas e transcendentais que lhe deram a singularidade na época do desencantamento do mundo, da secularização da religião e da perda da natureza e o afastaram das ciências sociais, acorrentadas, para ele, a um presente eterno, curtas para um pensamento alado. Mas, entre Vence e Lisboa,



nunca deixou de sobrevoar e perscrutar a história coeva, para refletir, por exemplo, as luzes e as sombras da Europa, que tinha por ponto de partida e ponto de chegada, aurora e crepúsculo, mas sobretudo como o continente que se põe em questão, que se critica a si mesmo e se penitencia pelas suas faltas como nenhuma outra unidade civilizacional o faz ou alguma vez fez, não raro com excessiva dureza. O enigma português, de resto, só se tornava legível na sua relação, ou ausência de relação, com essa Europa que, nas suas palavras, é aquilo que está “fora de nós e nós dela”. Muito próximo do Partido Socialista, visitou nos seus ensaios políticos o passado e o futuro do socialismo, que conceptualizou como uma tradição de natureza ética e dialógica, anti-individualista, e da esquerda em geral, bem como o colonialismo e a Revolução de Abril, as grandezas e misérias da Democracia, a vida e morte das ideologias, sempre com mais perguntas que respostas, a milhas de qualquer proselitismo ou intuito doutrinador. Eduardo Lourenço foi um pensador sem escola, que só equivocadamente se poderá circunscrever a esta ou àquela tendência da tradição intelectual europeia. Um pensador da síntese mais que da fragmentação. Num dos seus primeiros grandes ensaios, *A Europa e a Morte*, de 1959, dava conta do calafrio que lhe suscitava o niilismo do pensamento europeu da época, lamentando que os europeus tivessem deixado de ser capazes de enfrentar a morte exaltando o seu lado luminoso sobre o lado tenebroso, que tivessem desistido de encontrar um sentido, e, mais do que isso, que afirmassem que não há um sentido. Por contraponto, a sua obra nunca se absteve de evocar um sentido ou de sugerir que mesmo que não haja um sentido vale a pena procurá-lo. Na hora do seu desaparecimento, reconforta-nos a convicção de que a obra preciosa e viva que dele coletivamente herdamos é uma obra apontada ao futuro. Como o próprio dizia numa entrevista de 2015, e cito, “as pessoas pensam que vêm do passado e nós vimos do passado mas também vimos do futuro. É como se nós precisássemos desse futuro para descobrir o que é que fomos, o que é que fizemos e o que é que somos. Mas o futuro é como a linha do horizonte. Quando chegamos ao horizonte ela já está noutro sítio”, fim de citação. A obra de Eduardo Lourenço tem esse condão de nos tirar do sítio onde estamos e de nos colocar noutro sítio. À maneira do Padre António Vieira, é também uma espécie de história do futuro. Do nosso futuro. E ser-nos á seguramente muito útil para navegar este século e



os próximos. Mesmo antes de terminar, queria apenas partilhar convosco um texto brevíssimo do nosso colega Senhor Deputado Gustavo Pimenta, que me fez chegar ontem: "Um Deus prodigioso, mas avaro, gera entre nós, de quando em vez, gente singular. Ele escolheu o mais duro dos ofícios, o de pensar e o destino de, às vezes, pelo menos, fazer pensar nos portugueses, fazia-o sem cansaço nem enfado, indo agora pensar para outro lado". Saibamos honrar o seu legado. Reunida ordinariamente em 9 de dezembro de 2020, a Assembleia Municipal do Porto presta sentido tributo à vida e à obra de Eduardo Lourenço apresentando as suas condolências aos familiares, respeitando 1 minuto de silêncio e recomendando ao Executivo Municipal que atribua o nome deste astro maior da cultura e do pensamento portugueses, a uma rua da cidade do Porto, cidade na qual Eduardo Lourenço viveu, aliás, uma parte da sua infância».

As Senhoras Deputadas Susana Constante Pereira (BE) e Bebiania Cunha (PAN), em nome dos respetivos Grupos Municipais, informaram que subscreviam os Votos de Pesar apresentados.

- Voto de Pesar por ocasião dos quarenta anos de falecimento de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e seus acompanhantes, proposto pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.
(NUD/513303/2020/CMP)

O Senhor Deputado Paulo Jorge Teixeira (RM) procedeu à apresentação do Voto de Pesar: «Fez quarenta anos no passado dia 4 de dezembro que Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e os seus acompanhantes, faleceram em consequência de uma queda de avião que os ia transportar à cidade do Porto. Morreram como viveram, ao serviço das causas que tinham e pelas quais pagaram o derradeiro preço, o da vida. Pelo exemplo que ainda hoje são para todos, independentemente da sua origem e filiação, estamos em crer que todos, mas todos, comungam desse desiderato, de os ter nas suas próprias causas, como espelhos de dedicação aos ideais que defendem e pugnam, os que neles acreditam e os que de forma democrática os combateram. São esses os valores que temos por dever realçar. Não a diferença fugaz, não a visão enfocada nas causas



que abraçaram, mas sim o facto de terem sido personagens fundamentais na construção da Democracia que temos hoje, e que sendo, como disse Churchill, não a melhor coisa, mas sem dúvida muito melhor do que todas as alternativas. Devemos também isso a eles, porque devemos a nós próprios a obrigação de ter e seguir esse exemplo de lutarmos pela Cidadania que mereceremos. Eram à data Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa de Portugal, num governo eleito pelo voto dos seus cidadãos, numa afirmação clara da vontade, de termos um governo eleito pelo voto democrático e plural de todos e para todos. Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa de Portugal.

São por isso também, exemplos dos bons, do que abril nos trouxe. Todos os dias somos confrontados com escolhas e com decisões que validam as ideias que defendemos e sobretudo o compromisso, a convergência que visamos atingir na defesa da causa pública. Em alturas incertas como a que vivemos, em que da esquerda à direita somos confrontados com ameaças e desafios na solidez das nossas convicções, torna-se um imperativo moral recordar este exemplo, e sobretudo o seu percurso determinante por uma sociedade livre democrática, diversa e plural que somos hoje e que queremos ser, indo de encontro ao que nos legou Popper na sua Sociedade Aberta. Tal como eles nos ensinaram, não devemos ceder nas nossas convicções, não devemos claudicar nos nossos valores, devemos respeitar os nossos adversários, combatendo a justeza das nossas vias de futuro, sempre abertos a fazer pontes e servir o bem comum, pelo superior interesse da Nação e da ideia plural de País que recebemos dos nossos pais. Essa ideia de liberdade e de ser livre nas suas convicções, de seguir em frente quando algo nos parece justo, mereceram em vida, o respeito dos adversários e alguns problemas internos, lutas a que eles não fugiram, sempre armados com a vontade de servir. Herculano do seu Vale de Lobos disse e escreveu, "que somos livres porque o quisemos ser", ainda hoje isso é válido e o percurso de ambos mostra essa necessidade geracional de cumprir o dever de assumir o que queremos ser como eles e a sua geração nos mostraram. Francisco Sá Carneiro era uma das almas livres do Porto, esta cidade onde viveu, assentou vida profissional e onde criou família. A liberdade com que escolheu o amor como fulcro de uma vida fugaz, interrompida pelas Parcas, constitui uma das mais belas histórias de respeito ao valor, a esse valor do amor que ele tinha, pela cidade, pelo



Portugal onde estava e pela mulher com que escolheu viver até ao fim. Um exemplo, uma motivação. Nos rostos de tantos amigos que temos, vemos partes dele, e sobretudo a arrogância boa de querer estar a dar de si, porque o Porto tem isso, ser livre e desinteressado, ser acolhedor, desafiador de mudanças e de os seus habitantes serem teimosos nessa vontade, o que nos vem do tempo em que na Ribeira às vezes não entendíamos o que do Paço do Bispo nos chegava. Somos assim e não mudaremos nunca. A vontade de fazer País, tão da nossa génese, que se traduz na Portus Calle, que demos à Nação, das pontes que nos habituamos a fazer para viver, sobreviver e influir nos ventos da história, está plasmada na vida dele como se fosse ADN primordial. Tal como a sua *alma mater* ele próprio um Porto, de partidas, chegadas e sobretudo de uma vontade férrea e determinada em não ceder no caminho. Era do Porto, e como bem dizem muitos amigos e conhecidos, a quem ao longo das décadas os ouvi dizer, não irá existir alma igual. Adelino Amaro da Costa foi uma personalidade apaixonante e que muito motivou e levou para uma geração escolher o modo muito modesto de servir a causa pública, e que procuramos fazer segundo o que também ele nos ensinou. Pela energia que transmitia e que era esfuziante, pelos consensos que ao longo da vida procurou fazer, pelo caminho de um serviço místico feita à Polis, Amaro da Costa estaria fadado a um grande percurso, de vida e de trabalho, que foi naquela noite interrompido pelo acidente maldito que nos privou do que muito ele tinha para dar. Curioso que não tivesse chegado a viver no Porto, cidade por ele escolhida para ter a família que estava a construir. Ter escolhido o Porto diz muito bem dos valores e do bem que se sentia aqui, daqueles que seriam também os seus pares. É elemento presente ainda hoje na vida dos que o conheceram, e por estudo, curiosidade e presença, faz parte da formação de todos aqueles que do seu estudo retiraram caminhos, conhecimento e sobretudo guia. De facto, eles ao seu modo formaram uma geração para apreciar a pungente vitalidade da Democracia, a procurar servir pelo modelo social a sociedade que somos. Uma geração, a nossa geração. Como referiu na passada semana Rui Moreira, deixam sobretudo saudades. E terem passado 40 anos, um sem número de comissões parlamentares, e ainda hoje a morte deles se encontrar no limbo, não nos podem deixar ficar indiferentes. Faz-nos recordar um filme em que o objeto procurado é colocado numa caixa e deixada num qualquer armazém



em que se esconde aquilo que alguns teimam em não entender, que faz mais mal do que bem. A sua vida e o seu percurso exigem-nos a todos nós que pug-nemos por essa paz lhes ser dada, a eles e aos seus. Por isso, pelo percurso, pelo caminho e pela memória e pelo que lhes devemos, a Assembleia Municipal do Porto, reunida hoje na Casa que ostenta o nome de um homem livre, vem propor um voto de pesar sobre as suas mortes e respeitar um minuto de silêncio em sua memória».

- Moção de Homenagem “À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa” proposta pelo Grupo Municipal do Partido Social Demo-crata.

(NUD/513915/2020/CMP)

A Senhora Deputada Mariana Ferreira Macedo (PSD) procedeu à apresen-tação da Moção de Homenagem: «Há 40 anos, no dia 4 de dezembro de 1980, faleceram o então Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro e o Mi-nistro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, entre outros, vítimas da queda em Camarate do avião bimotor em que seguiam, rumo ao Porto. Francisco Sá Car-neiro, nascido no Porto a 19 de julho de 1934, advogado, foi durante 3 anos deputado à Assembleia Nacional, acreditando haver uma oportunidade de elimi-nação dos obstáculos às liberdades públicas, direitos e garantias e de se operar uma transição de regime, por via de revisão constitucional. Aspirava, convicta-mente, a que Portugal adotasse um modelo de democracia ocidental avançada, que o colocasse na vanguarda da ética política e do desenvolvimento econó-mico. Coerente, corajoso e consequente, renunciou ao mandato de Deputado quando percebeu que as suas propostas não teriam acolhimento na Assembleia Nacional, denunciando, de forma persistente, as condições de tratamento e de garantia da justiça dos presos políticos e forçando o regime a aceitar o fim do exílio do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Em 1974 funda, com Pinto Balsemão e Magalhães Mota, o PPD, tendo sido Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro Adelino Palma Carlos, no primeiro Governo Provisório. Em dezembro de 1979, na liderança da AD consegue, nas eleições intercalares, a primeira mai-



oria absoluta do Regime Democrático, resultado que se repete nas eleições gerais de outubro de 1980. Homem de larga visão e de sentido de Estado, de ruturas sempre que necessário, combativo, que não deixava ninguém indiferente, sendo manifesta a coragem intelectual e física com que defendia as suas convicções. A sua participação ativa e convicta na vida política nacional continua a constituir, agora como então, exemplo e combustível para a participação de muitos e foi, certamente, um instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático. Nos tempos atuais e futuros é fundamental visitar e recordar as suas marcas no desenvolvimento desta nossa República, tomando-o como exemplo. Adelino Amaro da Costa, engenheiro civil, fundou, em 1974, juntamente com Diogo Freitas do Amaral, o CDS sendo, o seu primeiro Secretário-Geral, defendeu uma conceção de democracia pluralista, europeísta e centrada no humanismo, na dignidade da pessoa humana e na doutrina social da Igreja. Com a sua reconhecida inteligência, foi, por muitos, considerado o grande estratega da direita democrática portuguesa, sendo um dos impulsionadores da AD e tendo sido o Primeiro-Ministro civil da Defesa, após o 25 de abril. Com a trágica morte de ambos, Portugal perdeu dois grandes estadistas, patriotas e convictos defensores dos valores da justiça, da solidariedade e de um Portugal democrático. Por estes motivos, volvidos 40 anos sobre essa data, o grupo do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal do Porto reunida em Sessão Ordinária, a 9 de dezembro de 2020, delibere prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa, no 40.º aniversário da sua morte, com um minuto de silêncio e no ponto 2, que se dê conhecimento público da presente moção».

Entrou na Sala o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Santos (PS).

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) interveio referindo ser do seu entendimento que, tendo todos os Membros da Assembleia conhecimento prévio dos textos propostos, poder-se-ia dispensar a leitura dos mesmos pelos Grupos Municipais proponentes preferindo a opção de realização de um comentário ou apresentação das propostas. Relativamente aos dois votos de pesar afirmou que



o Grupo Municipal CDU não vota os considerandos, não deixando de referir que possuem profundas divergências com os considerandos, nomeadamente dos 40 anos do acidente de Camarate, uma divergência de fundo conhecida por todos, com as duas personalidades referidas. Acrescentou que, não foram só eles que faleceram nesse acidente, houve mais algumas mortes de pessoas que são igualmente muito importantes e não lhe parecer fazer muito sentido, a votação de votos de pesar sempre que se faz 1 ano, ou 2, ou 20 ou 30, ou 40, sendo que uma coisa é fazer um voto de pesar quando a pessoa falece – o que faz todo o sentido: independente das divergências, há o dever de manifestar pesar. Outra coisa é de 10 em 10 anos, ou de 15 em 15, ou de 5 em 5, proceder-se à votação de votos de pesar. Disse, relativamente ao voto do acidente de Camarate e da morte do Dr. Sá Carneiro e Dr. Adelino Amaro da Costa, que o Grupo Municipal da CDU se iria abster, independentemente, das profundas divergências com os considerandos. Acrescentou que houve centenas de pessoas que foram combatentes pela Democracia – não apenas comunistas – pessoas que depois se filiaram no PSD e que foram combatentes contra o Salazar e que, no entanto, não se faz referência a esses e, portanto, esses é que foram os verdadeiros combatentes e que alguém que chegou à Assembleia Nacional não podia ser contra Salazar, caso contrário não chegaria lá. Reiterou a abstenção da CDU, por achar que o que faz sentido é votar na altura em que a pessoa falece e não ao fim de 40 anos. Relativamente ao Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço referiu ser evidente o acordo da CDU, aproveitando para lamentar a morte de uma grande personalidade e referindo ter pena que o texto proposto não traduza aquilo que foi também a sua atividade contra o regime de Salazar, tendo chegado a ser detido pela PIDE. Considerando que foi um Homem muito importante da cultura portuguesa informou que votariam a favor.

- Votação do Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.

(NUD/513301/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.



- **Votação do Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.**

(NUD/513868/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 1 abstenção da Senhora Deputada Isabel Ponce de Leão (RM).

- **Votação do Voto de Pesar por ocasião dos quarenta anos de falecimento de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e seus acompanhantes, proposto pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.**

(NUD/513303/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 4 abstenções [3 CDU + 1 Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã (PS)].

- **Votação da Moção de Homenagem “À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.**

(NUD/513915/2020/CMP)

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 4 abstenções [3 CDU + 1 Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã (PS)].

Foi cumprido um minuto de silêncio.

- **Recomendação “Fazer da solidariedade a mais imensa das cidades: o Porto” proposta pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.**

(NUD/513881/2020/CMP)

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) procedeu à apresentação da Recomendação: «No seio destas crises que, de facto atravessamos, o número de apelos e de pedidos de ajuda multiplicam-se a cada dia, por detrás de cada



dado estatístico desta crise escondem-se rostos, histórias e famílias que se encontram hoje numa situação frágil, numa situação incerta, numa situação injusta. Passaram 10 meses da declaração do primeiro estado de emergência e as tão necessárias respostas sociais, algumas têm chegado, outras ainda faltam chegar. Se quando surgiu esta crise sanitária não sabíamos ainda quanto tempo teríamos de viver com esta realidade, neste momento, aquelas que são as respostas sanitárias têm de estar alinhadas com respostas robustas do ponto de vista social e de retoma económica. Temos afirmado que, perante os esforços do Governo em implementar respostas a estas crises, há que fazer mais. Por sua vez, a Câmara Municipal do Porto enquanto poder local, tem procurado garantir respostas às crises decorrentes do contexto Covid-19, assim como, ainda hoje aqui debateremos no orçamento municipal. Mas, de facto, em todas as crises, as necessidades são diversas e as respostas são muito necessárias. Mais do que nunca é altura de apoiar as micro pequenas e médias empresas, mais do que nunca é o momento de apoiar empreendedores e empresas em fase de arranque, mas esta crise não afeta só o tecido empresarial, também as entidades da economia social e as organizações não-governamentais, estas diariamente com poucos recursos têm estado na linha da frente das respostas, apoiando as franjas mais vulneráveis da população, lembramos, inclusivamente, que representam mais de 6% do emprego remunerado da economia nacional e são várias as que atuam no Porto. Em virtude, precisamente, de uma proposta que apresentamos em sede de Orçamento de Estado, foi aprovado o alargamento do prazo de vigência da medida de linha de apoio ao setor social Covid-19, ficou por alargar esta medida a uma série de entidades de utilidade pública. Trazemos aqui e na sequência também daquelas que têm sido as respostas a nível municipal, no fundo, um conjunto de aspetos para os quais é importante atentar ou que importa, de facto, não deixar de fora naquelas que sejam as respostas municipais e desde logo, no fundo, trazemos a esta Assembleia a possibilidade de se recomendar ao Executivo Municipal que junto das atividades económicas verifique as necessidades de um apoio eficiente ao nível da transição digital, verifique também junto das pequenas e médias empresas a possibilidade de vir a desenvolver um apoio extraordinário municipal, revise o Programa Porto Tradição, com vista a apoiar estes estabelecimentos, nomeadamente na digitalização,



entre outros aspetos, reforce aquela que é a programação virtual e multimeios, também aqui não deixando para trás aquele que é o setor cultural. Desafiamos aqui a um estudo sobre uma moeda local digital, numa perspetiva de incentivo ao desenvolvimento local ou regional e verifique junto daquelas que são as organizações não-governamentais, instituições de utilidade pública que desempenham funções no Município, quais as dificuldades que, entretanto, emergiram e que possa aqui garantir respostas e também para finalizar os jovens não podem ser esquecidos, assim como a saúde mental e, portanto, aqui o que trazemos à reflexão desta Assembleia Municipal é, no fundo, esta recomendação ao Executivo».

Entrou na Sala o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS).

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) interveio e referiu ter alguma dificuldade em votar a Recomendação do PAN nomeadamente pelo facto de ela propor oito coisas distintas. Referiu compreender que o PAN tenha uma dificuldade que é o facto de não estar no Executivo, como também não está o Bloco de Esquerda, mas terá sido ouvido ao abrigo do estatuto da oposição e terá feito as propostas ao Orçamento que entendeu e certamente aquelas que pareceram justas à Câmara ou ao Presidente da Câmara foram aceites. Concretamente em relação às oito propostas contidas na Recomendação, referiu julgar que a criação de uma moeda digital local seria ilegal e não seria possível e que existem outras coisas propostas que crê já estarem a ser implementadas pela Câmara, como quando se fala de pequenos apoios a pequenos negócios – a Câmara já isentou esplanadas, publicidade, etc., as rendas das lojas que estão em propriedade da Câmara foram reduzidas para metade. Disse que até é possível que se possam colocar em prática algumas medidas, mas de forma mais ponderada, considerando que a Recomendação foi conhecida há pouco tempo. Sublinhou a existência de propostas positivas mas que, de facto, o Grupo Municipal CDU não estava em condições de as votar, pelo que se absteria.



A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que o Bloco de Esquerda votaria favoravelmente esta proposta e acrescentou que, a participação no estatuto direito de oposição não retira, quer nesta Assembleia, quer em Assembleias futuras, a pertinência da apresentação de propostas e de recomendação ao Executivo. E, portanto, independentemente de cada grupo político ter feito, no seu devido tempo, e também ter tido resposta relativamente às propostas que apresentou da parte do Executivo, trazer as suas propostas a esta Assembleia, vale para isso mesmo, para que esta Assembleia se pronuncie relativamente a propostas de recomendação que depois a Câmara acolherá ou não. Referiu que é o que é feito ao longo de todo o mandato e de todo um ano, quando vigora um Orçamento e um Plano e, portanto, a questão de haver aqui propostas que possam ter também sido submetidas no contexto do estatuto do direito de oposição, não retira que elas venham a esta Assembleia novamente. Reiterou que o Bloco de Esquerda trazia propostas que já tinha feito e vai continuar a insistir nelas. Solicitou informação sobre quanto tempo existiria para o debate de cada proposta.

O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) disse que o Grupo Municipal RM estava globalmente de acordo com o conteúdo da Recomendação do PAN, salientando, no entanto, que parecia ser o caso de se estar a imbricar propostas quando essas propostas e esses assuntos já estão a ser tratados e a Câmara do Porto, pelo que iriam votar contra.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) interveio fazendo, em primeiro lugar, uma declaração de princípio sobre facto de entender que o apoio principal à indústria, às atividades económicas em geral, designadamente, ao comércio, deveria ser, em primeira linha, assegurado pelo Governo. Referiu que que o PAN sugerisse este conjunto de recomendações em sede da Assembleia da República de forma a alterar, junto do Governo, um conjunto de medidas que se têm revelado manifestamente insuficientes, pelo menos, no que diz respeito ao Porto. Referiu que entendem esta Recomendação como positiva, uma vez entende que nesta matéria a Câmara do Porto tem feito um esforço que pode e deve ir muito mais além. Referiu que estas medidas são todas elas positivas em



prol da atividade económica e comercial e, portanto, devem merecer o nosso acordo. Aproveitou para referir que o facto de uma proposta não ter sido feita em sede de estatuto do direito de oposição, não invalida que as mesmas não possam ser aprovadas e aproveitadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com o acordo do Plenário, informou que, doravante e atendendo ao adiantado da hora, a apresentação das Propostas de cada Grupo Municipal seria feita em conjunto e sequencialmente, dispondo cada um dos Grupos Municipais de 3 minutos para apresentação das suas propostas e 3 minutos para o debate do conjunto das propostas.

- Voto de Protesto “Ausência de proposta de Lei para reposição das freguesias” proposto pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária.

(NUD/513884/2020/CMP)

- Recomendação “Classificação do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular” proposta pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária.

(NUD/513889/2020/CMP)

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) procedeu à apresentação do Voto de Protesto e da Recomendação. Referiu que se trata de recomendação para aprovar uma proposta já aprovada por unanimidade na Câmara, para que o monumento à Guerra Peninsular, na Rotunda da Boavista, seja considerado monumento de interesse municipal e de interesse nacional. Salientou ser uma proposta simples para que a Assembleia Municipal reafirme a proposta que a Câmara aprovou por unanimidade há poucos dias. A outra tem a ver com a reorganização das Freguesias e com o facto de a Lei Relvas ter acabado com mais de mil Freguesias no País. No Porto, acabou com oito, tendo restado sete, apesar de a Assembleia Municipal do Porto se ter pronunciado três vezes por maioria contra a proposta do Governo de então. Considerando que o Governo há 3 ou 4



anos prometeu que ia fazer uma medida legislativa para corrigir essa reorganização e para que todos os Órgãos Municipais que não se tinham pronunciado ou que se tinham pronunciado contra, agora decidissem o que é que se iria fazer. Acrescentou que, apesar dessa promessa não só perante os Autarcas, mas também perante Associação Nacional de Freguesias, a verdade é que não cumpriu até hoje. Há poucos dias, a Senhora Ministra da tutela referiu na Assembleia da República que já não seria até às eleições autárquicas sendo, portanto, adiado para mais tarde, querendo o Grupo Municipal da CDU protestar por julgar que a Assembleia Municipal do Porto deve exigir o respeito por aquilo que decidiu naquela altura. Reiterou que, à data, deliberou 3 vezes e, portanto, deve protestar contra o Governo por não respeitar esse compromisso que assumiu há 4 anos.

- **Recomendação “Consolidar as políticas locais de saúde para responder à crise pandémica” proposta pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**
(NUD/513898/2020/CMP)

- **Moção “Pelos direitos das pessoas com deficiência proposta pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**
(NUD/513907/2020/CMP)

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) apresentou inicialmente a Moção pelos direitos das pessoas com deficiência, associada à comemoração do dia 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e propõe que a Assembleia venha saudar o Dia Internacional das pessoas com deficiência e reclamar junto do Executivo Municipal diligência na concretização de medidas relacionadas com o desenho urbano, como é o rebaixamento das passeadeiras, o alargamento de passeios, a remoção de barreiras arquitetónicas e outras que melhorem a acessibilidade das pessoas com deficiência. Alertou, na mesma linha das organizações e ativistas desta área, para o facto de, no contexto da crise da Covid-19, serem muitas as pessoas que estão desde o início da pandemia a viver numa realidade distinta da restante população, isoladas em confinamento e com aquilo que são as respostas, incluindo respostas e programas de vida independente, ainda em défice e que já eram frágeis e estão ainda



mais colocadas em causa. Salientou a dificuldade acrescida daquelas pessoas face à que todos e todas vivemos. Explicou de seguida que a segunda proposta é uma recomendação: «consolidar as políticas locais de saúde para responder à crise pandémica». Acrescentou que já noutras se referiram àquilo que conhecem, do ponto de vista do que são programas que o Executivo Municipal leva a cabo, no âmbito das políticas locais de saúde, mas, tendo em conta a situação presentemente vivida na cidade e tendo em conta que, em setembro de 2019 há uma nova Lei de Bases da Saúde que determina que «a política de saúde tem âmbito nacional é transversal, dinâmica, evolutiva adaptando-se ao progresso do conhecimento científico e às necessidades, contextos e recursos da realidade nacional, regional e local, visando a obtenção de ganhos de saúde» e, sobretudo, «as Autarquias Locais participam na efetivação do direito à proteção da Saúde, nas suas vertentes individual e coletiva, nos termos da Lei, bem como a intervenção das Autarquias Locais manifesta-se no acompanhamento aos sistemas locais de saúde, em especial nos cuidados de proximidade, necessidades da comunidade, no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores e na participação dos Órgãos Consultivos e de avaliação do Sistema». Concluiu referindo que, por tudo isto e também por aquilo que tem sido a reflexão feita na Assembleia Municipal, mas também em conjunto com organizações neste âmbito, ser do seu entendimento que deve o Executivo Municipal, sob recomendação da Assembleia, estabelecer uma parceria formal com aquilo que são os centros de investigação tradicionais históricos da cidade, nomeadamente o ISPUP e o I3S, com o intuito de, monitorar as respostas presentes na cidade, incluindo as respostas do Município que podem necessitar de ajustes e auscultar aquilo que são dificuldades sentidas no terreno com a implementação das medidas que estão a ser implementadas.

- Moção “Reconhecimento do Trabalho realizado pelo ACES Porto Oriental e ACES Porto Ocidental” proposta pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

(NUD/513919/2020/CMP)

Ausentou-se da Sala o Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU).



A Senhora Deputada Mariana Ferreira Macedo (PSD) apresentou a Moção:

«A pandemia provocada pela Covid-19 desafiou o mundo a reinventar-se, a adaptar-se e unir-se. Os profissionais de saúde têm sido os nossos heróis, os soldados que estão na linha da frente para salvar as vidas humanas. A exigência diária do trabalho realizado, o risco acrescido face ao exercício da profissão, sem muitas vezes terem as condições e os meios adequados bem como a responsabilidade que sobre eles recai tem sido o seu quotidiano. Também eles tiveram de se reinventar física e emocionalmente, para superar o cansaço e o medo constante, legítimos para qualquer ser humano. No Porto os ACES Agrupamentos dos Centros de Saúde Ocidental e Oriental têm desenvolvido um trabalho extraordinário em articulação com a Câmara Municipal do Porto, que bem sabemos, nomeadamente na questão das testagens, da vacinação, entre outros trabalhos que fizeram em conjunto, com as Juntas de Freguesias, Lares de Idosos, Creches e demais entidades da cidade no combate à pandemia, bem como, na rápida e eficaz resolução de surtos e acompanhamento dos concidadãos, sendo que, sem o reforço de recursos humanos adequado às novas exigências pandémicas os profissionais correram e correm o risco de trabalharem ininterruptamente. Na verdade, só com a abnegação, competência e muito profissionalismo se conseguiu fazer um acompanhamento digno da saúde dos portuenses, com os poucos recursos disponíveis. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD considera, que os ACES Porto Oriental e Ocidental são duas das principais entidades que se destacam no combate à pandemia na cidade. Assim, vimos manifestar o nosso reconhecimento pela extraordinária e crucial trabalho que têm desenvolvido no âmbito do direito ao acesso à saúde e combate à pandemia Covid-19, na pessoa dos Diretores Executivos extensível às Coordenadoras das Unidades de Saúde Pública, Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Saúde, Secretariados Clínicos, Administrativos, cujo profissionalismo são merecedores da nossa gratidão. E sem prejuízo de qualquer possível reconhecimento da Câmara Municipal ou outras entidades, não deixa de ser da mesma dimensão e merecedores da nossa gratidão também aqui neste Órgão deliberar o seguinte: a Assembleia Municipal do Porto reunida no dia 9 de dezembro de 2020 delibera – ponto 1 – reconhecer o trabalho realizado pelos ACES Porto Oriental e ACES



Porto Ocidental no combate à pandemia Covid-19 e – segundo – que seja dado conhecimento desta moção aos ACES».

Regressou à Sala o Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU).

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) interveio e disse que relativamente aos dois documentos do Bloco de Esquerda o seu grupo municipal iria votar favoravelmente, lembrando, que, ao abrigo de uma norma regimental, o Grupo Municipal CDU solicitou uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir as questões das pessoas com deficiência, que se realizou e contou, inclusivamente, com a participação de um Deputado Municipal portador de deficiência, membro da respetiva lista.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse, em relação aos comentários feitos à proposta do PAN, que queria dar nota ao Senhor Deputado da CDU que nenhuma das propostas apresentadas era ilegal. Em resposta ao comentário do Senhor Deputado do PSD, informou que o PAN apresentou 235 propostas ao Governo, tendo sido aprovadas um quarto delas. Informou que votaria a favor da recomendação do PSD, das duas recomendações da CDU, concordando, no que diz respeito às das Freguesias e salientando que deve ser salvaguardado que a proposta de Lei não surja em cima do processo eleitoral autárquico. Terminou informando que também votaria favoravelmente as propostas do BE.

A Senhora Deputada Mariana Ferreira de Macedo (PSD) informou que o PSD votaria favoravelmente e a proposta de Recomendação da Saúde do Bloco de Esquerda, sublinhando que o PSD no próprio programa eleitoral tinha proposto um Conselho Municipal de Saúde, sem prejuízo de, para além destas Entidades outras também serem igualmente oportunas. Acrescentou que votariam também favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda, conscientes das dificuldades das pessoas portadoras com deficiência, nomeadamente nas questões de mobilidade com alguns obstáculos que são prementes de substituição na cidade assim também como muitas das vezes algumas situações que a própria ACAPO



– Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal tem vindo a fazer chegar à Câmara Municipal.

Relativamente à proposta de recomendação da CDU, da classificação do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, indicou que votariam a favor. Quanto ao voto de protesto apresentado pela CDU, sublinhou que teria que fazer uma consideração relativamente ao facto de o Partido Social Democrata, ao contrário do Partido Comunista, atender aos considerandos das propostas que, no caso em concreto, afirmam que PSD e CDS impuseram aqui uma reorganização das Freguesias e lembrou que foi uma medida que foi imposta pela *Troika*, solicitada pelo Partido Socialista, partido esse que a CDU atualmente sustenta no Governo. Referiu ter conhecimento da apresentação destes votos de protesto em outros Concelhos, mas é com alguma surpresa que esta a indignação não tenha sido aproveitada para negociar com o Governo em sede de Orçamento. Concluiu afirmando que se iriam abster, salientando serem a favor de que haja uma reavaliação com vista à possível desagregação de algumas Freguesias, se assim se entender e se, dessa forma, melhor servirem os cidadãos.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) referiu que em relação à ausência de proposta de Lei para reposição das Freguesias, acompanhariam a CDU porque desde o primeiro momento que o Bloco de Esquerda se tem batido porque esta reposição seja feita com a realização de um estudo e de uma consulta a cada território, para que as coisas sejam feitas em conformidade. Referiu ainda que acompanhariam também a proposta de classificação do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

Informou que acompanhariam também a proposta do Partido Social Democrata, no que diz respeito ao trabalho realizado pelos ACES, porque se relaciona com aquilo que tem sido a defesa do Serviço Nacional de Saúde e daquilo que é o papel que os profissionais de saúde têm tido em todo este processo sendo, portanto, este reconhecimento o mínimo que se pode fazer.

O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) informou que o seu Grupo Municipal estava de acordo com a proposta de recomendação da CDU sobre o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular. Quanto ao voto de protesto relacionado com



Juntas de Freguesia, afirmou não lhes parecer ser este o tempo para tal discussão, a muito pouco tempo das eleições, e que, por isso, se iriam abster. Quanto à recomendação da Saúde apresentada pelo Bloco de Esquerda, afirmou que a Câmara do Porto já muito faz, indo muito para além daquilo que são as suas competências, pelo que iriam votar contra. Quanto à moção pelos direitos das pessoas com deficiência, informou que caso o Bloco de Esquerda aceitasse a sua votação por pontos, votariam a favor do primeiro e abster-se-iam em relação ao segundo. Quanto à proposta relativa aos ACES informou que votariam a favor, não deixando de lembrar o papel da Câmara Municipal do Porto em todo este processo antes da pandemia, durante a pandemia e, provavelmente, para além da pandemia.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia, interveio informando que, em relação à Moção sobre as Freguesias, votaria de acordo com o seu Grupo Municipal, abstendo-se, e seguindo a disciplina de voto. Afirmou que, como Presidente de Junta, está frontalmente contra o que diz a CDU, uma vez que considera que existem Freguesias a mais e não faz sentido reverter 600 Freguesias. Considerou a CDU neocorporativista e referiu que a moção mistifica também o que foi a delegação de competências, em que a Assembleia se pronunciou contra por causa do envelope financeiro e não pela reorganização e descentralização que tem que ser levada a cabo.

- Votação da Recomendação “Fazer da solidariedade a mais imensa das cidades: o Porto” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

(NUD/513881/2020/CMP)

Deliberação: Aprovada, com 22 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 BE + 1 PAN), 20 votos contra (RM) e 4 abstenções [1 Senhor Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca (RM) + 3 CDU].



- Votação do Voto de Protesto “Ausência de proposta de Lei para reposição das freguesias” apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária.

(NUD/513884/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 1 voto contra [Senhor Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca (RM)] e 26 abstenções (20 RM + 6 PSD).

- Votação da Recomendação “Classificação do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular” apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária.

(NUD/513889/2020/CMP)

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

- Votação da Recomendação “Consolidar as políticas locais de saúde para responder à crise pandémica” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

(NUD/513898/2020/CMP)

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 21 votos contra (RM).

- Votação da Moção “Pelos direitos das pessoas com deficiência apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

(NUD/513907/2020/CMP)

Deliberação Ponto 1: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação Ponto 2: Aprovado, por maioria, com 25 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 21 abstenções (RM).



Ausentou-se da Sala o Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU).

- Votação da Moção “Reconhecimento do Trabalho realizado pelo ACES Porto Oriental e ACES Porto Ocidental” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

(NUD/513919/2020/CMP)

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Regressou à Sala o Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, depois de verificar não existirem inscrições para o **Período de Intervenção dos Presidentes de Junta**, deu início ao **Período de Intervenção dos Grupos Municipais**.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) fez uma declaração referindo que a crise pandémica trouxe ao de cima como nunca as fragilidades da cidade desde a carência habitacional, ao aumento da pobreza. Acrescentou que a atual situação expôs também fragilidades de uma economia assente na precariedade laboral, nos baixos salários e na monocultura do Turismo. A não proibição dos despedimentos, o aumento do nível do desemprego, o encerramento de micro, pequenas e médias empresas e o recurso ao *layoff* simplificado, que acontece a nível nacional com expressão a nível local, vieram agravar as condições de trabalhadoras e trabalhadores da cidade. Disse que esta situação está presente em diversos setores de atividade, que se têm manifestado na cidade, alertando para a necessidade de medidas, também a nível local, que deem resposta a estas situações, que apoiem estes setores, destacando a situação do setor específico da Cultura que se reveste de uma enorme complexidade e em que é diferente a situação de atores, de músicos, técnicos de som, técnicos de luz, entre outras funções que são asseguradas no âmbito desta atividade, o que aumenta a responsabilidade de todas as forças políticas e a nível local, de quem



governa os Municípios, de encontrar respostas de emergência para estas pessoas que estão há mais de 9 meses numa situação dramática, que nos casos em que vai sendo amenizada é pela iniciativa de coletivos que se organizam, como a União Audiovisual. Referiu não bastar, neste caso, manifestar solidariedade, sendo necessário agir, partindo da capacidade de influência do Executivo da cidade do Porto, mas também em medidas concretas de iniciativa camarária. Acrescentou que a criação de um apoio de emergência para este setor foi proposta desde o primeiro momento da crise pandémica e que, com esse objetivo, dirigiram uma carta ao Senhor Presidente da Câmara. Referiu que acompanham a evolução da situação na cidade nomeadamente no que diz respeito a entidades às quais o Município está diretamente ligado e que até financia como Serralves ou a Casa da Música. Referiu faltar um posicionamento do da Câmara e do Executivo em relação a estas questões, nomeadamente no sentido de afirmar de forma contundente que é inaceitável que as situações que estamos a assistir continuem a acontecer numa cidade como a do Porto. Relembrou, relativamente à Casa da Música, que o Conselho de Administração se comprometeu com a regularização das situações e eventuais falsos recibos verdes e que isso não aconteceu, havendo uma recusa de regularização de muitos destes contratos e pressão para trabalhadores assinarem outros contratos menos favoráveis para as suas situações. Terminou referindo que Bloco de Esquerda entende que a Câmara Municipal deve retirar a confiança política da pessoa a representa naquele Conselho de Administração, como eventualmente, inclusive, retirar a própria indicação no sentido de garantir que há neste Conselho de Administração, alguém que, de facto, defende os direitos dos trabalhadores. Sublinhou que estas pessoas estão a viver uma situação dramática nas suas vidas, a mover mundo contra os poderes instalados e estão a ser deixados ao abandono pela Câmara Municipal que manifesta solidariedade, mas não age concretamente naquilo que é uma situação inaceitável.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) declarou que o Orçamento de Estado para 2021 consagra a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade nas Autarquias já a partir do próximo ano, um resultado da luta persis-



tente desenvolvida pelos trabalhadores ao longo de mais de 3 décadas e também da persistência do PCP na discussão deste Orçamento. Acrescentou que este suplemento previsto na Lei, pelo menos desde 1989 e nunca regulamentado, vai poder começar a ser pago. Disse que a proposta aprovada fica longe de corresponder às legítimas expectativas dos trabalhadores, embora seja um avanço e explicou que norma incluída no Orçamento do Estado prevê a atribuição de um suplemento remuneratório unicamente aos trabalhadores da carreira geral de Assistente Operacional, que laborem nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento e cemitérios, deixando assim de fora trabalhadores essenciais neste período como os Sapadores Bombeiros, a Polícia Municipal e outros, na área do ambiente, igualmente indispensáveis para a saúde pública e com risco acrescido no período que vivemos. Desde o início da pandemia Covid-19 que ficou clara a importância do papel dos trabalhadores no serviço público e da importância de um serviço público de qualidade e capaz. Acrescentou que mais que nunca os trabalhadores que estiveram e continuam a estar sempre na linha da frente, merecem este reconhecimento e, por isso, recomendam ao Município do Porto, que tal como foi proposto pela Vereadora Ilda Figueiredo, em reunião de Câmara, se empenhe na concretização deste subsídio, com a maior brevidade possível. Referiu ainda pretender abordar o assunto do problema do estacionamento na cidade do Porto, sublinhando que a posição da CDU relativamente à concessão existente nos parcometros já é sobejamente conhecida, não podendo registar o aumento de exemplos negativos que suportam essa posição. Deu como exemplos a caça desenfreada à multa e ao euro, como sucedeu no Carnaval, no S. João e até aos sábados à tarde em período de recolher obrigatório, o que é bem demonstrativo de que o objetivo principal do modelo de negócio implementado pela maioria municipal se prende unicamente com questões financeiras em detrimento da melhoria da mobilidade na cidade. Concluiu dizendo que constatavam, mais uma vez, que a decisão mais acertada para os portuenses e para a cidade do Porto passaria sempre pela reversão deste processo de privatização dos parcometros.

A Senhora Deputada Bebiã Cunha (PAN) fez uma declaração referindo que, no dia 4 de dezembro, reuniu o Conselho Municipal de Segurança e que



nessa reunião foi abordada preliminarmente um projeto de implementação de câmaras de videovigilância em algumas das áreas da cidade do Porto. Relativamente a esse projeto, referiu ser do entendimento que será fundamental haver um plano de impacto social para as zonas onde serão instaladas as câmaras assim como para as áreas circundantes. Apresentou como exemplo o amplamente referido Bairro da Pasteleira, relacionado que está com o crime de tráfico e com o consumo de substâncias psicoativas, onde serão alegadamente instaladas algumas câmaras. Manifestou, antes de mais, a solidariedade e a preocupação relativamente aos habitantes dessa mesma zona da cidade que tanto merecem paz e tranquilidade. Acrescentou que foi referido na reunião do Conselho de Segurança que, quando há vigilância das forças de segurança no local, os consumidores se deslocam para o outro lado da Rua do Campo Alegre, criando pressão noutra zona e que isso sinaliza a necessidade de pensar que os consumidores e os seus fornecedores não desaparecerão rumo ao nada, pela simples presença de um sistema de vídeo vigilância, ou seja, os consumidores poderão fugir das câmaras para outro local nas imediações. Terminou lembrando que estas pessoas já vieram do outro lado da Rua do Campo Alegre, devido à intervenção de desmantelamento do Aleixo ter acontecido sem a intervenção sociocomunitária que esperavam, bem como a instalação da sala de consumo assistido que ainda se aguarda. Quis deixar claro que o Porto não pode desistir das pessoas, que as políticas sociais podem ser mais ambiciosas e uma vigilância que tem pendor coercivo não deve ser o caminho, mas as políticas sociais, humanistas e construtivistas.

O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) fez uma declaração referindo que a ideia de «Vai ficar tudo bem» foi importante no início da pandemia e revelava o comportamento cívico e uma ajuda mútua entre todos. Acrescentou que nada vai ficar bem se não se fizer por isso e salientou o trabalho do Executivo, inclusive no início da pandemia, antecipando-se em muitas medidas ao que viria a ser estabelecido e decretado mais tarde. Referiu o trabalho do Executivo ao longo da pandemia e presentemente, tendo em conta que há vida para além da pandemia, e que manteve todos os projetos em andamento e continuou o plano de investimentos. Salientou, reforçando o mérito do Executivo, a classificação



obtida pelo Município durante esta crise pandémica, tendo a cidade do Porto sido classificada com um *rating* A, fazendo parte do grupo de 88 cidades com essa classificação. Salientou o papel da autarquia na minimização e mitigação do impacto da pandemia, seguindo as contas à moda do Porto, a dívida zero, que tantas vezes foram criticadas, mas permitem hoje à Câmara ter tido condições para suportar, para tomar todas as medidas de apoio no âmbito social às famílias, aos empresários, à cidade do Porto e essas contas são importantes. Referiu que a Câmara tem capacidade de enfrentar o futuro e de ir ao mercado com um bom perfil de cliente, devido ao facto de uma gestão cuidadosa e muito rigorosa e de o Município ter tratado as receitas que obteve como um fiel depositário daquilo que aos cidadãos e que à cidade do Porto pertence. Referiu que, neste tempo de homenagem a Eduardo Lourenço, não queria deixar de referir que temos alguém à frente da cidade que pensa o Porto e decide aquilo que é melhor para o Porto, numa perspetiva heterodoxa, sem constrangimentos ortodoxos.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

(Convocatória expedida a 30.11.2020)

(Ordem de Trabalhos expedida a 04.12.2020)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, com o acordo do Plenário colocou à discussão, de forma conjunta, os pontos nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 seguindo-se a votação em separado.

Deu conhecimento da existência das Proposta de Alteração "Isenção da derrama para apoio à economia local no contexto da Covid-19" e da Recomendação "Pela aplicação do novo agravamento do IMI para prédios devolutos", apresentadas no próprio dia da Sessão pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, atinentes aos pontos 2 e 4 da Ordem de Trabalhos.

1. Deliberação sobre Alteração ao Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto.

(NUD/500017/2020/CMP)



2. **Deliberação sobre Fixação e majoração da taxa do IMI para o ano de 2020.**
(NUD/492612/2020/CMP)
3. **Deliberação sobre Fixação da participação do Município do Porto no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2021.**
(NUD/492724/2020/CMP)
4. **Deliberação sobre Redução e lançamento da Derrama para o ano 2020.**
(NUD/492673/2020/CMP)
5. **Deliberação sobre Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021.**
(NUD/492752/2020/CMP)

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) interveio dizendo que, mais uma vez e, ao contrário do compromisso assumido pela Câmara, os 2 pontos, impostos, taxas municipais e Orçamento, voltam a coincidir numa mesma Ordem de Trabalhos. Sublinhou que o Bloco de Esquerda já tinha alertado para a necessidade de a discussão destes pontos ser feita em Sessões diferentes, porque os impostos e as taxas devem primeiro ser definidas pela Assembleia e só depois integrados no Orçamento. Reiterou que fazê-lo em simultâneo é pôr em causa o papel da Assembleia e a sua dignidade própria enquanto Órgão deliberativo do Município e a quem compete fixar estes valores. Referiu que esta se tratava de uma questão formal, levantada nos últimos 2 anos, mas que deve ser levantada em nome da dignidade e autonomia dos Órgãos democráticos da cidade e por se tratar de um ato repetido em que a Câmara falha ao compromisso que assumiu nos últimos anos: o de fazer estas propostas em momentos distintos. Relativamente às propostas que a Câmara nos traz, informou que da concordância informando que votariam favoravelmente todos os pontos em discussão, não repetindo os argumentos que apresentados em anos anteriores: Regulamento de Isenções, IMI, IRS, Derrama, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, terão o



voto favorável do BE. Referiu, contudo, que iriam apresentar duas propostas em dois desses pontos: uma proposta de alteração na Derrama e uma Recomendação relativa ao IMI. Relativamente ao IMI, disse saber que o agravamento da taxa aplicável aos prédios devolutos decorre automaticamente da Lei, por aplicação direta do Código do IMI. Disse saber também que, ao contrário de dezenas de Municípios, a Câmara continua a não proceder à sua aplicação, por não ter ainda definido e trazido a esta Assembleia, os indicadores objetivos e o conceito de zona de pressão urbanística na cidade do Porto para que seja possível proceder à sua operacionalização. Considerou este facto incompreensível, porquanto este ato tão simples levaria a que o adicional destas receitas fosse afeta aos Municípios «para o financiamento das políticas municipais de habitação», combatendo açambarcamento de casas, a especulação imobiliária e promovendo o seu uso para fins habitacionais. Referiu que, por este motivo, incluíram na proposta a decisão de a Câmara trazer à Assembleia a sua proposta de concretização destes indicadores e lembrou que, por exemplo, em Lisboa, mereceu o voto favorável de todas as forças políticas, com exceção do PSD. Disse nada justificava que no Porto isso não possa acontecer também e que não constava que qualquer um dos outros Municípios que já aplica há vários anos, tenha tido qualquer problema na sua aplicação. Referiu que, por fim, propunham, de uma forma complementar à proposta da Câmara para a derrama e considerando a situação dramática da Covid-19 na economia local e no emprego, um olhar distinto e de natureza fiscal para os setores mais afetados pela pandemia e que tenham mantido os seus postos de trabalho ao longo deste período. Disse acharem que se justifica a isenção da derrama para os setores da restauração e do pequeno comércio, para as empresas oficinais e artesanais, setor das artes, espetáculo e desporto, com um volume de negócios de até 450 mil euros. Afirmou julgarem ser esta uma forma adicional de apoiar estes setores e que justifica este esforço adicional do Município do Porto. Sugeriu que, do ponto de vista da sua concretização, a recomendação do IMI fosse votada no seu ponto próprio sobre o IMI e que a proposta complementar da Derrama, seja feita no ponto da Derrama posteriormente à votação da Derrama. Disse não ignorar as considerações que teceu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permitindo-se, contudo, a esclarecer um equívoco: qualquer que seja a força política ou o Deputado



Municipal tem todo o direito legal e democrático de fixar e deliberar juntamente com a Assembleia uma proposta alternativa às que aqui são trazidas. Referiu que isso aconteceu e acontece todos os anos em centenas de Municípios pelo país inteiro e que, por exemplo, tinha acabado de verificar, em 2018 e em 2019, em Lisboa, o Partido Comunista Português e os Deputados do CDS propuseram precisamente alterações à proposta do Executivo no IRS e na Derrama. E acrescentou que se a Câmara Municipal criou com esta sua decisão um eventual risco de poder ter um valor de Derrama diferente ou distinto, daquele que colocou no Orçamento, deveria precisamente ter cumprido a palavra que deu aqui anteriormente e fazê-lo em momentos distintos. Isto foi discutido, inclusive, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em que foram clarificadas duas questões: primeira – a competência da Assembleia Municipal de propor alterações à proposta do Executivo e de alterar esses valores e até a proposta que chega à Assembleia; segunda – a necessidade prática e política de separar no tempo a discussão e a fixação destes impostos e das taxas municipais. Concluiu não existir qualquer fundamento legal e prático de recusa destas duas propostas porque isto acontece em centenas de Municípios pelo país inteiro. A primeira é uma recomendação sobre um tema que está a discussão, a segunda e que tem muito a ver com a sua concretização efetiva, acrescentando que os considerandos da proposta da Câmara referem precisamente a dificuldade em proceder à aplicação deste agravamento e a da Derrama é uma proposta complementar do Executivo em que são criadas isenções extraordinárias. Disse que, em todo o caso se a proposta do BE fosse aprovada, não seria necessário qualquer ajuste à proposta de Orçamento, porquanto ele é apenas uma estimativa das receitas fiscais, podendo muito facilmente, se for necessário, ser revisto a qualquer momento, seja em fevereiro, quando houver a aprovação do Orçamento retificativo seja, inclusive, mantendo como está porque não há necessidade nenhuma de fazer um ajuste naquilo que é uma verba de uma determinada dimensão e que é meramente estimativa. Afirmou que o impedimento – quer por parte da Mesa da Assembleia Municipal do Porto, quer por parte das forças políticas – de a Assembleia deliberar sobre esta matéria e de debater uma proposta de uma



força política relativamente a ela constituía um ato antidemocrático e que desonraria este Órgão. Terminou dizendo que esta era a posição do Bloco, estando ali as 2 propostas que queriam debater.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, disse não confirmar a invocação do nome do Presidente da Assembleia quando se disse que foi o assunto foi discutido com ele.

O Senhor Deputado António Manuel Cunha (PSD) interveio dizendo, relativamente à votação destes 5 pontos, que o PSD não iria votar contra nenhum deles. Reiterou, no entanto, algo que o PSD tem insistido ao longo do tempo que é a possibilidade da redução de uma parte do IRS, que é atribuído ao Município, relativa aos rendimentos do ano de 2021. Explicou que têm vindo a insistir nisso desde o início deste mandato e que também os companheiros do PSD Lisboa insistiram com um aumento do que já é feito pela Câmara de Lisboa, que é de 2,5%, que corresponde a metade do IRS. Diz ter visto as contas que o Executivo fez na elaboração do Orçamento e em que se refere ser um valor pouco significativo, 47 euros, ao fazer uma simulação com base numa redução de 1 ponto percentual dos 5 que a Câmara recebe. Em Lisboa são dois e meio pontos percentuais, pelo que, no Porto, seriam mais de 100 euros por cada declaração de IRS. Disse ser do seu entendimento que isso seria importante e um bom sinal, sendo conhecido que na Área Metropolitana, pelo menos nos concelhos vizinhos à nossa cidade, ninguém faz isto, e sabendo que haverá quem vai fazer agora no Orçamento de 2021. Disse entenderem que foi pena não se ter aproveitado esta melhoria das taxas que o Executivo apresentou este ano – e que motiva que não votem contra – para beneficiar as pessoas que trabalham e pagam impostos na cidade do Porto.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) referiu que, tal como é exposto nos vários documentos que se encontram à apreciação, o novo contexto excecional e de especial exigência social, económica e financeira, exige reforçar determinadas políticas. As alterações propostas ao regulamento de isenções de im-



postos municipais mantêm uma linha que temos acompanhado, no que diz respeito à atividade económica e uma linha que temos defendido, no que diz respeito ao alívio fiscal às famílias residentes no Município. Afirmou que viam como um passo positivo a majoração da redução de 10 para 15% no IML, das pessoas ou famílias que usam os imóveis para habitação própria ou permanente, a manutenção da isenção para jovens nas ARU, como forma de incentivar a aquisição de habitação no Porto, promovendo a sua fixação no Município, nomeadamente nas áreas que se encontram em reabilitação e também no ponto 2 continuando deste modo a garantir a isenção para as Associações de Moradores, vinculando-se ainda uma aposta na habitação a custos controlados, incluindo todas e quaisquer obras de reabilitação, o que nos parece trazer uma maior justiça social e capacidade de abrangência. No que concerne à Derrama, disse já terem referido que faria sentido a captação das empresas que trouxessem Inovação, como se fez em 2019. Sublinho que entendem que o caminho que se deve fazer no futuro em termos legislativos, mais do que beneficiar é garantir que quem não polui e quem mantém postos de trabalho seja reforçado positivamente. Disse que têm deixado bem patente na intervenção ao longo deste mandato que o caminho para a Derrama, para além de apoiar os que apresentam menor volume de negócio, será o de suportar o caminho da sustentabilidade ambiental. Disse sabermos que com esta proposta do Executivo Municipal, e olhando para o que foram os dados de 2019, ou seja, do valor da derrama liquidado e cobrado em 2020, esta isenção correspondeu a 7,6% do lucro tributável e a cerca de 46% dos sujeitos passivos mostrando que se trata de um apoio às pequenas empresas, sendo este valor dos 150 mil euros um tampão que parece tendencialmente justo. No que diz respeito ao IML, fruto daquela que tem sido a conjugação da taxa definida, com a majoração para 15%, de quem comprovadamente usa o imóvel para habitação, referiu parecer que se chegou a uma solução positiva, até porque o referido imposto sobre imóveis continua a representar uma receita fundamental para a Câmara Municipal prevendo-se apenas uma variação de menos 1% face a 2020. Disse que não deixavam de notar que apenas uma média de 15% das frações por freguesia foram usadas para habitação própria, restando-nos saber a que se destinam as outras frações, parecendo sobressair o evidente problema de fixação existente na cidade, não por falta de pessoas que



queiram viver no Concelho, mas pelos preços proibitivos dos últimos anos. Afirmou não serem defensores de se passar do 80 para o 8 e que aguardariam e contribuiriam para o equilíbrio como sempre fizeram. No que diz respeito à majoração em 30% dos imóveis devolutos e sabendo que decorre da Lei, nomeadamente o artigo n.º 112.º do CIMI, nomeadamente para o triplo, reiterou a posição de sempre: não se pode aplicar de forma avulsa esta normativa, ela só faz sentido com incentivos à reabilitação urbana, correndo o risco de se levar os proprietários mais remediados ou mais empobrecidos à venda forçada dos seus edifícios a especuladores imobiliários, contribuindo deste modo para monopólios. Disse que acompanhavam a proposta de manutenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, como fizeram ao longo deste mandato, deixando a salvaguarda de que também através desta ferramenta se poderá encontrar outras formas de combater a pobreza energética, lembrando que de acordo com os últimos dados que vieram a esta Assembleia, são 15 611 as pessoas sem aquecimento no Porto, isto é, em pobreza energética. No que diz respeito à proposta para o IRS, sendo um imposto escalonado e mesmo precisando de ser revisto, afirmou serem do entendimento que, nas suas tabelas, é tendencialmente justo. Como representa uma fatia significativa e importante para o Município poder atuar, acompanhariam a proposta do Executivo de fixação nos 5%. Terminou referindo que nada tinham a opor quanto à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, uma vez que para o PAN, desde 2017 – momento em que se pôs cobro à incongruência que existia – as empresas que detinham ou geriam essas redes passaram a não poder fazer refletir essas taxas na fatura dos consumidores. Salientou que no *site* da própria Autoridade Nacional das Telecomunicações se refere que as Empresas sujeitas a esta taxa devem produzir a informação necessária por Município de modo a possibilitar o apuramento do valor base de incidência das respectivas percentagens e do cálculo do montante das taxas, de forma transparente e auditável e referiu que, apesar de tudo isto, existem problemas com o pagamento aos Municípios pelo que a Câmara desta cidade deverá fazer tudo ao seu alcance para obter o que lhe é devido.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu que fica preocupado quando os Deputados querem retirar impostos à Câmara Municipal, dizendo que a CDU



estava de acordo com os cinco primeiros pontos da Ordem de Trabalhos. Afirmou não ter nada a dizer relativamente ao primeiro e ao último, gostando de fazer algumas considerações relativamente ao segundo, terceiro e quarto pontos. Disse terem proposto há 2 anos uma diminuição de 10% do IMI para os proprietários que habitam na casa e que têm a sua casa como morada fiscal e, na altura, foi aprovado significando, no ano passado, mais de 1 milhão e 300 mil euros que a Câmara retirou da sua receita e meteu na carteira dos portugueses que têm casa no Porto, que vivem no Porto e têm aí a sua residência fiscal. Este ano foi aumentada essa dedução de 10 para 15%, o que vai significar cerca de 2 milhões de euros de que a Câmara abdica para dar às pessoas que têm casa no Porto e residem na casa e têm aí a sua residência fiscal. Afirmou não querer nenhuma alteração ao IMI, senão aquilo que está neste momento proposto e consta do nosso Orçamento. Relativamente ao ponto 4 referente à Derrama, disse achar que a Derrama está muito bem como está, porque a Derrama é um imposto sobre os lucros: quem não tem lucro não paga nada. Exemplificou que empresas pequenas que não têm lucro não pagam e se têm um lucro pequeno, por exemplo, se têm um volume de vendas inferior a 150 mil euros só pagam 2/3, têm 1/3 de dedução, em vez de pagarem 1,5% sobre o lucro tributável pagam 1%. Disse que existem muitos quiosques, pequenos cafés, pequenas lojas onde praticamente só o dono da loja está lá, sendo o seu posto de trabalho, que não têm 150 mil euros de faturação e, portanto, esses só vão pagar 2/3 da Derrama que é 1% sobre os lucros. E caso não tenham lucros, não pagam nada, pelo que acha está bem. Disse não entender muito bem como é que o Bloco de Esquerda, com todo o respeito, diz que vai aprovar a proposta da Câmara, mas depois quer uma proposta diferente. Clarificou que o Bloco de Esquerda ou aprova a proposta da Câmara ou aprova a que propõe e que é diferente. Considerou a questão da redução da parte da Câmara no IRS um disparate. Referiu que o PSD na última campanha eleitoral até tinha um cartaz grande que falava nisso, enorme, mas que não percebe a questão perguntando se já pensaram quanto é que isso significa para o bolso das pessoas. Disse que há mais de 20% dos portugueses, 25 a 30%, que não paga IRS uma vez que, infelizmente, o rendimento não chega a 14 ou 15 mil euros por ano, por casal ou pessoa singular. Acrescentou que aqueles que pagam – começa a pagar quem ganha 16, 18,



20 mil, 22 mil –, pagam pouco e esta percentagem é insignificante. Disse ter visto na Internet que existe uma quantidade de Municípios que dos seus 5% abdicam de 0,5%, o que não é nada ou é uma migalha. Alguns 1% outros 2%. Referiu que, no exemplo anteriormente dado sobre Lisboa, para alguém receber 100 euros em média – abdicando a autarquia de 2,5% – tem que pagar 4 mil euros por ano de IRS pelo que tanto lhe fará mais esses 100 euros como menos esses 100 euros ao ano. Deu o exemplo de um Senhor Ex-Ministro, Senhor Eng.º Ângelo Correia, a quem uma vez perguntaram se era verdade que tinha ganho uns milhares de contos, ao que respondeu que pagava mais do que isso em impostos, sendo imaginável quanto não ganharia para pagar mais do que aquilo só de impostos. Sublinhou que a medida só interessaria a quem paga um valor muito elevado de IRS e que para as famílias a redução proposta, ao fim do ano, não tem significado nenhum. Referiu que todos se deveriam preocupar com a forma como a Câmara gasta o dinheiro e não com receita. Reiterou o que diz em diversas ocasiões afirmando não se importar de gastar dinheiro público desde que seja bem gasto, porque para o dinheiro que é público tem que haver mais critério, mais rigor e, portanto, deve haver a preocupação na forma como a Câmara o gasta. Sublinhou que não concordava com retirar receitas à Câmara e, ao mesmo tempo, querer que a Câmara dê diversos apoios. Terminou informando que votariam a favor das cinco propostas em discussão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu à intervenção do Senhor Deputado Pedro Lourenço do Bloco de Esquerda recordou que, relativamente ao agravamento do IMI e à referência que fez às zonas de pressão, a Assembleia da República deliberou a isenção total de IMI nos Centros Históricos que são Património Mundial da Humanidade – que é o caso do Porto e que é verdadeira zona de pressão na cidade – o IMI continua a ser 0, quer os edifícios sejam ocupados por Habitação, por comércio, por serviços, quer estejam em bom estado de conservação, quer estejam em mau estado de conservação, quer estejam devolutos. O problema reside no facto de, sendo essa claramente a zona de pressão, ao majorar 0, dará sempre 0. Acrescentou que, relativamente à Derrama, aquilo que aqui foi dito pelo Senhor Deputado Artur Ribeiro, corresponde de facto, àquele que é o sentimento do Executivo, uma vez que a



Derrama se aplica às poucas empresas que dão lucro, porque vão ser poucas as empresas que dão lucro e vão ser em setores muito pontuais, as que escapam à crise. Salientou que reduzir a estas empresas os impostos sobre os lucros, seria um erro, uma vez que são elas que por mérito seu ou porque estão numa atividade em que as coisas correm bem, são aquelas que escaparam à crise e parece-nos que este não é, de facto, um tempo para o fazer. Disse não querer apreciar sequer se o assunto deve ser votado ou não, mas afirmou que se a proposta do Bloco de Esquerda fosse aprovada, levaria à revisão do Orçamento, como era visível na documentação das propostas o impacto que resulta de qualquer dos benefícios fiscais que se planeiam aplicar. Disse crer, em qualquer caso e com todo o respeito pelo Bloco de Esquerda, que por vezes, o Bloco de Esquerda confunde a sua participação na Assembleia Municipal, onde tem naturalmente lugar, com o Executivo Municipal, onde de facto, não tem lugar, e, portanto, não participa. Acrescentou compreender que isso seja uma contrariedade, mas as eleições servem para isso mesmo. Disse ainda que a Lei fala claramente em benefício fiscal em faturação até 150 mil euros, sendo que a proposta do Bloco de Esquerda fala em 450 mil euros e fala em CAE, situação que teria que ser resolvida no ponto 1. Afirmou que quanto à questão dos despedimentos de que fala o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, com a qual naturalmente todos simpatizam, uma empresa que cresce normalmente aquilo que quer é contratar pessoal, querendo acreditar que as empresas querem ter mão-de-obra, porque sem mão-de-obra é muito difícil ter empresas, mas admitindo que poderia ser uma visão distorcida da sua parte. Acrescentou que, mesmo que se pretendesse implementar tal medida, não saberia como poderiam ter acesso a essa informação na medida que não há informação fiscal relevante nesta matéria. Para que fosse possível, teriam, através do Parlamento, que alterar profundamente um conjunto de regras. Lamentou haver um erro técnico profundo, independentemente da bondade da questão. Acrescentou que, além de tudo o mais, fazer esta alteração aos benefícios fiscais levaria sempre a discussão pública. Isso não se aplica no caso limite porque a discussão já foi feita, estando apenas a mudar o benefício de 10 para 15% não sendo necessária nova discussão pública.



Quanto à intervenção do Dr. António Cunha do PSD e sobre a possibilidade do IRS, disse que, de facto, o PSD tem vindo sucessivamente a falar nessa matéria, mas na reunião de Executivo em que foi discutido o Orçamento, o Senhor Vereador, Prof. Álvaro Almeida reconheceu que, de facto, neste ano, em particular, é mais importante fazer um benefício fiscal acrescido, a nível do IMI, para os residentes proprietários do que para o IRS e acompanhou essa escolha. Disse que o IMI faz parte dos custos fixos das famílias, qualquer que seja o seu rendimento: a partir do momento em que uma família é proprietária da sua própria casa, o IMI é um custo fixo, acreditando o Executivo que, nos próximos anos ou pelo menos no próximo ano, deve tentar aliviar os custos fixos das famílias. Relativamente ao IRS, disse, em primeiro lugar, não achar que seja sequer interessante que os Municípios tenham essa possibilidade de baixar o IRS, uma vez que isso é criar «luxemburgalização» do país, sendo muito fácil para aqueles que têm muito dinheiro, ter uma segunda residência, onde dizem que é a residência principal. Disse apreciar uma Europa como União Fiscal e que não gostava de criar desunião desta maneira. Afirmou que lhe parece que o problema será o de haver muito menos cobrança de IRS de qualquer maneira, porque esta crise vai afetar muita gente e as pessoas vão, infelizmente, pagar muito menos IRS. Pagarão menos não por via do benefício fiscal, mas porque vão ganhar menos e isto vai abranger mais uma vez muitas pessoas. Caso se fizesse a redução do IRS ir-se-ia beneficiar, principalmente, aqueles que sentiram menos a crise, parecendo que seria uma medida que, este ano pelo menos, não faria muito sentido, não excluindo o facto de poder vir, naturalmente, a fazer no futuro. Disse que esse seria um bom tema para discussão na próxima campanha eleitoral, uma vez que esse tem sido um argumento muitas vezes utilizado em campanhas eleitorais e legitimamente, mas, não faz parte da escolha do Executivo.

No que respeita ao PAN, informou que existem incentivos à reabilitação urbana e fortes incentivos à reabilitação urbana como o REURB 2020 - Regulamento de Redução de Taxas Urbanísticas, que como é um fortíssimo apoio à reabilitação concordando com as preocupações apresentadas.

Afirmou estar de acordo com a intervenção do Senhor Deputado Artur Ribeiro e com o facto de a questão dos benefícios fiscais e de tudo aquilo que tem a ver com redução da fiscalidade ter que ser vista com uma enorme prudência, uma



vez que cada vez mais se exige aos Municípios no desempenho de um conjunto de tarefas que antes eram cumpridas pelo Estado. Referiu que isso foi visível durante a pandemia, sem existência de grandes transferências do Orçamento de Estado para os Municípios e, portanto, há que ter alguma prudência na forma como se age a nível da receita. Acrescentou que discutiriam isso mesmo, a seguir, no Orçamento, onde, desta vez, para compensar a receita se opta por criar dívida.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) interveio referindo, em primeiro lugar, a estranheza pelos comentários do Senhor Deputado Artur Ribeiro, uma vez que, na verdade, não o Bloco de Esquerda não propõe nenhuma redução de impostos a não ser as pequenas isenções para a Derrama da restauração e dos setores das artes e da cultura, em situações muito específicas. Disse que não baixaram o IMI, antes pelo contrário, e que estranham, sobretudo, porque esta proposta existe noutros Municípios por proposta da CDU. Referiu que Bloco de Esquerda achou que era uma boa proposta, estava a funcionar bem noutros Municípios e achou por bem trazê-la ao Porto. Em relação à discussão sobre a votação, afirmou que ela está na Lei, está no Regime Jurídico das Autarquias Locais, e já tinha sido tida no dia 12 de novembro de 2018 em Assembleia Municipal. Disse que questão da isenção da Derrama para 2021 não teria que estar no ponto 1, uma vez que ela está a ser aplicada apenas para um ano e tem sido utilizado este ponto especificamente fora do Regulamento noutros Municípios. Acrescentou em relação à questão do IMI e das zonas de pressões urbanísticas, o exemplo de Santo Ildefonso e de Cedofeita que, não sendo zona de Património da Humanidade, são zonas de pressão urbanística, desafiando, portanto, o Município a concretizar essa proposta.

1. Deliberação sobre Alteração ao Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto.

(NUD/500017/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

2. Deliberação sobre Fixação e majoração da taxa do IMI para o ano de 2020.



(NUD/492612/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, referiu a existência de uma proposta de recomendação para o ponto da Ordem de Trabalhos que se acabou de votar. Questionou se os Senhores Deputados se sentiam capacitados e habilitados para votar esta proposta ou se consideravam que a mesma seria prejudicada pela votação anterior. Esclareceu que se tratava de uma proposta de recomendação entregue antes da Sessão pelo Bloco de Esquerda e afirmou que, por alguma razão, o Regimento diz existem tempos e prazos para apresentar as propostas, sendo da opinião que não existem condições para apreciar esta proposta.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) afirmou que a questão que se coloca é a de os Senhores Deputados terem a liberdade de, em sede de discussão de cada um dos pontos, apresentar propostas, salvo nas situações expressamente proibidas na Lei, considerando haver legitimidade para que sejam apresentadas as propostas. Referiu que as propostas deveriam ter sido distribuídas aos Membros – o que não aconteceu – para que se perceba exatamente o que se propõe. Considerou que se a proposta do Bloco pressupõe a alteração àquilo que se acabou de aprovar, é evidente que perde sentido.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, referiu-se ao Regimento, nomeadamente no que respeita à apresentação de recomendações, cujo tempo próprio terminou com o fim do período de antes da ordem do dia. Disse não perceber se o proposto tem implicações no que acabou de ser votado ou se é uma perspetiva futura. Salientou que, não foi distribuída atempadamente para fazer parte das moções e das sessões do período antes da ordem do dia desta Sessão e que não lhe era possível entender a extensão da proposta. Deu a palavra À Senhora Deputada Susana Constante Pereira para mais explicações sobre a proposta.



A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que o Bloco de Esquerda tinha enviado nessa manhã, às 9h38m, a proposta para os serviços da Assembleia Municipal e para cada Líder dos Grupos. Disse que o Senhor Deputado Pedro Lourenço apresentou a proposta que é complementar àquilo que é a proposta da Câmara Municipal. Referiu não partilhar do entendimento de que a votação anterior prejudica a votação da Recomendação, caso contrário não teriam apresentado a sua proposta e votado favoravelmente a anterior. Sublinhou que o que propõem complementa aquilo que é proposta e, do ponto de vista da sua execução, em termos do que possa ter de repercussão no orçamento, ela pode ser refletida posteriormente, tal como também o Senhor Deputado Pedro Lourenço afirmou. Reiterou que no seu entender, apesar de não ter sido distribuída, a proposta foi apresentada e está posta a discussão e votação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, afirmou que a Senhora Deputada ao dizer que proposta complementa, estará a alterar e, por isso, estará prejudicada. Solicitou aos serviços o favor de fotocopiarem a proposta e distribuírem por todos os Senhores Deputados, para apreciarem a proposta e proceder-se, eventualmente, à sua votação ainda durante a Sessão.

3. Deliberação sobre Fixação da participação do Município do Porto no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2021.

(NUD/492724/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).

4. Deliberação sobre Redução e lançamento da Derrama para o ano 2020.

(NUD/492673/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, referindo-se à proposta de alteração ao ponto 4 proposta pelo Bloco de Esquerda, disse não ter dúvidas que estaria prejudicada por esta votação. Pediu que, ainda assim, fosse distribuída aos Senhores Deputados. Referiu que aquilo que a Senhora Deputada Susana Constante Pereira chama de complementar, são alterações e que a proposta está aprovada, tal e qual como foi apresentada. Referiu que a Senhora Deputada poderia apresentar um protesto ou utilizar outra figura regimental ao seu dispor.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) referiu que a apresentação de propostas no contexto destes pontos, sobre impostos e taxas, foi prática no passado na Assembleia Municipal e nunca houve para tal impedimento. Acrescentou ser parecer da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, do qual poderá dar conhecimento posteriormente, que as Assembleias Municipais têm a possibilidade de alterar o valor das taxas de IMI, Derrama, participação variada no IRS e outras taxas que sejam propostas pelo Órgão Executivo. Conclui que a proposta que apresentada é uma proposta passível de ser votada, insistindo na sua na sua votação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, referiu que a proposta do Executivo foi aprovada, inclusive, com o voto da Senhora Deputada Susana Constante Pereira. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que a havia solicitado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, insistiu que a proposta que o Bloco pretendia ver votada, salvo erro ou omissão, teria que ser relativamente ao Ponto n.º 1 e não relativamente à fixação, a redução e lançamento da Derrama para 2020, atendendo àquilo que está na lei. Disse mais uma vez considerar que qualquer discussão relativamente a esta matéria deveria ter sido feita no Ponto n.º 1, por aquilo que está definido na Lei, nomeadamente, porque teria sempre que ser sujeita a discussão pública.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, salientou que a proposta do Ponto 4 da Ordem de Trabalhos estava aprovada, podendo a Senhora Deputada recorrer para Plenário.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse crer que o Bloco estava a incorrer no seguinte equívoco: a Assembleia Municipal pode alterar as taxas, os impostos, tudo, as propostas que o Município apresente e, ao contrário do que diz o Senhor Presidente da Câmara, com todo o respeito, não creio que isso implique alterar o Código Regulamentar das Taxas. Disse considerar que, no concreto, a Assembleia pode de facto ter propostas e decidir sobre elas mas que, no entanto, depois de aprovada a proposta do Executivo trás, é evidente que fica prejudicada qualquer outra proposta que venha alterar essa. Disse que a partir do momento em que foi aprovada a proposta da Câmara outra qualquer proposta fica prejudicada, como é evidente, não podemos voltar a deliberar sobre um assunto já deliberado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que a Senhora Deputada Susana Constante Pereira recorria ao Plenário, para que aceite votar as propostas que apresentou.

O Plenário deliberou, por maioria, com 3 abstenções (BE), rejeitar a pretensão do Bloco de Esquerda de ver votadas as suas propostas.

5. Deliberação sobre Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021.

(NUD/492752/2020/CMP)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

6. Deliberação sobre Aprovação da proposta do Orçamento do Município do Porto para 2021.

(NUD/498209/2020/CMP)



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, referiu ser tradição na Assembleia, pelo menos desde é Presidente, fazer um discurso de introdução a este debate e utilizar também recursos telemáticos e apresentar um conjunto de quadros, função essa que normalmente é desempenhada pelo Senhor Diretor Municipal de Finanças, tal como aconteceu em reunião de Executivo, onde esteve aliás, presente, com muito gosto o Senhor Deputado e Líder da Bancada do PS, Gustavo Pimenta. Acrescentou que o tempo de 33 minutos que tinha disponível, concedido pelo Regimento que a Assembleia aprovou, não permite gastar tempo quer nesse discurso, quer na apresentação que o Dr. Pedro Santos faria em condições normais, porque necessitaria, no mínimo, de 25 minutos e o Presidente da Câmara ficaria sem tempo para responder às questões dos Membros da Assembleia. Disse que, face aos constrangimentos que foram definidos pelo Regimento, os Membros da Assembleia compreenderiam que pudesse fazer a habitual apresentação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, agradeceu e afirmou compreender a observação feita que foi tema que o preocupou no debate do Regimento que ocorreu nesta Assembleia e para qual procurou chamar a atenção por várias vezes. Deu o seu compromisso de que reuniria muito prontamente com os Senhores Líderes dos Grupos Municipais no sentido de, da melhor forma, ultrapassarmos estes constrangimentos, que muito lamentava.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio dizendo que Senhor Presidente da Câmara colocou uma questão objetiva que, também na sua opinião, deveria ter sido colocada em sede da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, por parte da Câmara, considerando que gostaria de fazer essa apresentação por parte do Senhor Diretor Municipal das Finanças. Disse que, pela parte da CDU, se essa questão tivesse sido colocada em sede da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, naturalmente, estariam disponíveis para, para além do cumprimento das regras estabelecidas e da grelha que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Apoio, permitir que nesta matéria concreta, o Senhor Diretor Municipal de



Finanças pudesse fazer essa apresentação extra tempo que está atribuído à Câmara. Reiterou que deveria ter sido colocada a questão na Comissão Consultiva, mas, ao ser colocada agora, se o Senhor Diretor Municipal de Finanças estiver preparado para fazer essa apresentação, a poderia fazer para além do tempo que está atribuído, caso a proposta merecesse a aprovação das restantes forças políticas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse ter muito respeito pelas deliberações da Assembleia e não ter grande respeito por atos de contrição e de arrependimento. Referiu ter tido a oportunidade de, antes de o Regimento ter sido votado, chamar a atenção para a forma como estava a ser feito. Disse que a Assembleia deliberou democraticamente e que, em função do princípio democrático que respeito, estaria ali utilizando o seu tempo para responder. Sublinhou que os documentos tinham sido distribuídos, sendo a apresentação diferente da realizada noutros anos, pelas circunstâncias de uma alteração Regimental. Disse não ser necessária qualquer alteração ao Regimento porque, neste mandato, seguramente, este seria o último Orçamento e para as revisões orçamentais poderia continuar. Salientou que todos receberam a documentação atempadamente e que caso pretendessem poderiam assistir da próxima vez às reuniões de Executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, chamou a atenção para a existência de apartes excessivos e afirmou compreender a posição do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) interveio afirmando que que a atual situação – a situação mais excecional no tempo das nossas vidas – provocou uma profunda crise económica e social, a que acresceu a perda das irreparáveis vidas humanas, milhares de vidas. Disse que esta crise económica, social, humanitária obriga à procura de consensos e de soluções concretas para a vida dos nossos concidadãos. Considerou que este não é o tempo da normal e saudável disputa política e partidária. Disse esperar que esse tempo possa chegar, no verão do próximo ano, mas se este não é esse tempo. Afirmou que



este é um tempo da política de responsabilidade democrática, ou seja, ser parte da solução não abdicando da reivindicação e/ou da crítica políticas. Salientou que as atuais circunstâncias extraordinárias que vivemos, exigem uma especial atenção do Município, à situação social e económica da cidade, através de medidas que permitam combater a pobreza e a exclusão, intensificando a ação junto das pessoas em situação de sem-abrigo, lançando um programa de combate à toxicodependência e às suas consequências na comunidade, promovendo o acesso efetivo à habitação das classes mais desfavorecidas, mas também da população mais jovem e das classes médias, apoiando as instituições que atuam junto das pessoas mais velhas, das crianças, dos jovens e das pessoas portadoras de deficiência. Acrescentou que ao mesmo tempo era imperioso também intensificar os esforços nos domínios da mobilidade, da defesa do ambiente e da atração da iniciativa económica privada para a cidade considerando que estes últimos três pontos têm também uma ligação intensa e íntima a um debate que será feito dentro de dias ou semanas relativo ao novo PDM – Plano Diretor Municipal para a cidade do Porto. Explicou que, em fase de negociação orçamental, o PS Porto apresentou 20 medidas para melhorar e aliviar a vida dos portuenses, em áreas que consideram fundamentais para uma cidade mais coesa e mais plural. Enumerou a criação de um programa de estágios na Câmara Municipal e nas Empresas Municipais, assim como também, o desenvolvimento em parceria com as várias instituições de ensino superior, de um programa de bolsas destinado a promover a investigação e estudo de temas relacionados com a cidade. Acrescentou a proposta do desenvolvimento de um programa de promoção de saúde oral nas escolas e a proposta de criação de uma clínica de saúde oral, na zona oriental da cidade do Porto, em articulação com a ARS Norte e o ACES respetivo, a abertura também de um novo processo de candidatura para o apoio ao pagamento das rendas de casa, no contexto do Fundo do Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social e ainda relativamente a este mesmo fundo, defenderam a dotação adicional de 1 milhão de euros nos eixos específicos de apoio às IPSS e de apoio às organizações que trabalham com pessoas portadoras de deficiência. Disse que também defenderam o desenvolvimento de um programa piloto de apoio aos cuidadores informais, um maior envolvimento



do Município no Programa de Apoio à Vida Independente, um reforço da intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo, a manutenção da mesma dotação orçamental no Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo, o alargamento em 350 mil euros do montante para o orçamento participativo, um aumento extraordinário de 10% da transferência orçamental destinada às Juntas de Freguesia, a manutenção das medidas de apoio à atividade económica, que foram aplicadas em função e por causa da pandemia, a dinamização de um programa especial de microcrédito para relançar ou mesmo lançar, atividade económica, a isenção da taxa turística durante os primeiros 6 meses de 2021, o desenvolvimento de uma edição especial do Projeto Cultura em Expansão, que assinale os 20 anos da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, que celebraremos no próximo ano civil, a criação do Passaporte para a Cultura, o reforço de um programa de arte pública de aquisição de obras arte e, finalmente, a duplicação para 20% da redução do IMI para os residentes no Porto. Referiu que as medidas que enunciou compunham um programa, e eu sei que agora a palavra de repente entrou em moda, mas de um programa verdadeiramente social-democrata, o que significa que o PS vai conseguindo agregar a si, a adesão ao seu ideário ideológico. Justificou tratar-se de um programa verdadeiramente social-democrata porque, por um lado, acredita na economia de mercado e na sua vitalidade, mas acredita igualmente que os excessos do mercado e que as falhas do mercado devem ser mitigadas ou mesmo eliminadas, com a regulação e a intervenção públicas, quando e sempre que necessário. Disse terem em vista a proteção dos mais vulneráveis, da dignidade humana e da liberdade formal, material e efetiva. Referiu que o Orçamento Municipal para o ano 2021 ascende a um valor de 328 milhões e meio de euros, configurando um aumento de 12.5% relativamente ao ano anterior, tornando-se o maior orçamento de sempre. Referiu-se às palavras do Senhor Presidente da Câmara que diz tratar-se de um plano expansionista e em contraciclo, apostando no investimento público como forma de compensar a perda irreparável do investimento privado. Disse que concordavam com esta avaliação do Senhor Presidente e acrescentavam ainda que a saúde financeira da Câmara Municipal do Porto permitir-lhe-á encarar com segurança os encargos financeiros resultantes dos empréstimos a contrair. Acrescentou que ambições do PS em matéria de incorporação de uma previsão de



saldo de gerência não foram plenamente satisfeitas, assim como também não foram plenamente satisfeitas ambições em matérias, como o combate à toxicodependência, à proteção de pessoas em situação de sem-abrigo, de acesso a cuidados de saúde ou à habitação, ou ainda de promoção da atividade económica no concelho. Referiu que, contudo, o PS Porto não discorda da substância ou da natureza deste Orçamento Municipal, mas sim do grau de ambição do mesmo, concluindo que, se não discordam da substância ou da natureza, não poderiam, obviamente, votar contra. Disse que se absteriam, colocando uma enorme responsabilidade no Senhor Presidente da Câmara, afirmando que iriam estar atentos à execução deste Orçamento, para que, em 2021, se pudesse relançar a cidade do Porto.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) interveio começando por dizer que gostariam que o Executivo gastasse os seus 30 e tal minutos na discussão política e que, da parte do Bloco de Esquerda, dispensavam a apresentação do Orçamento, porque já o tinham analisado previamente. Referiu ainda que, neste Orçamento para 2021, foram introduzidas alterações técnicas decorrentes do novo sistema de normalização contabilística pelo que têm a expectativa que, após vários adiamentos, esta primeira aplicação se traduza por um maior rigor na preparação do Orçamento e por uma melhoria da transparência sobre como são utilizadas as receitas e as despesas que servem a população e que também permita aos Eleitos Autárquicos aprofundar o escrutínio sobre a elaboração e a execução do Orçamento. No que respeita ao Orçamento Municipal para 2021, referiu que se trata de um documento elaborado num contexto de particular exigência: uma crise sanitária avassaladora e uma crise económica de dimensões imprevisíveis. Afirmou que este Orçamento tinha de dar resposta a essa crise e que, neste contexto, a opção de manter e até aumentar o volume do orçamento é uma decisão acertada e que já tinham defendido. Disse que a isto não seria certamente alheio o facto de as receitas fiscais para 2021 se manterem em grande parte inalteradas, a queda do IMT e na taxa turística ser parcialmente compensada pelo aumento no IRS e na participação do IVA e também o recurso ao endividamento bancário que também apoiam e entendem, achando que até



já devia ter sido utilizado mais cedo no lançamento de investimentos que consideram urgentes. Acrescentou que tratando-se do maior Orçamento de sempre para o Município, ele não poderia deixar de ter aspetos positivos e que, por exemplo, veem com muito bons olhos medidas como o reforço do Fundo de Emergência Social, do Fundo de Apoio ao Associativismo ou o investimento na ampliação da rede de espaços verdes e equipamentos desportivos. Concluiu que muitas dessas medidas traduzem um esforço significativo do ponto de vista financeiro e que importa assinalar que, na sua opinião, este Orçamento continua a falhar no essencial e a não dar resposta aos principais problemas da cidade. Disse que, nas áreas que definem como prioritárias para este mandato como a habitação, a mobilidade ou o apoio social, quase tudo continua por fazer. Na área da habitação o Executivo assume, de uma forma até bastante transparente, uma prioridade total à chamada classe média, numa lógica assente largamente no modelo PPP e no regime de renda acessível, por exemplo, no Monte Pedral ou no Monte da Lapa, mas que na realidade continuará a ser inacessível para a maioria da população. Disse que, em 2017, numa entrevista à TVI, o Presidente da Câmara defendia que a questão da habitação social estava essencialmente resolvida na cidade do Porto citando: «os mais pobres no Porto vão encontrando habitação social» e depois justificava com o que era preciso era dar resposta à classe média. Disse que não só o Bloco discorda desta visão como defende que ela devia, pelo contrário, constituir uma prioridade política no Município. Acrescentou que a cidade expulsou durante muitos anos as suas classes populares e para essas as respostas deste Orçamento são muito insuficientes. Afirmou que no final deste mandato serão mais de 1000 as famílias em lista de espera e outros milhares continuarão sem resposta habitacional, excluídos administrativamente por uma matriz de atribuição injusta e nem sequer nos novos projetos entretanto anunciados e que continuam no papel, o Executivo garante o chamado *mix* habitacional em que pudessem coexistir os dois regimes, renda acessível e habitação social. Disse que têm considerado muito insuficientes os programas anunciados pela Câmara, como o Porto com Sentido ou a Estratégia Local de Habitação, em cujos moldes votaram contra, por considerarem ficar aquém do necessário. Referiu que se opuseram ao lançamento de novas PPP, por exemplo, na residência do Morro da Sé ou no Matadouro da mesma forma



que se oporão à alienação de mais 7 ou 8 terrenos municipais com potencial urbanístico, num contexto de escassez de solo urbano para a implementação de novos projetos habitacionais públicos e, sobretudo, a Câmara Municipal do Porto continua a deixar intocado o sacrossanto mercado imobiliário, continua a não aplicar o agravamento do IMI aos prédios devolutos e deixou cair a regulação do alojamento local. Acrescentou que também ainda não seria desta vez que o Município do Porto adotaria uma política integrada para o combate à pobreza e à exclusão social ou de promoção dos direitos sociais e humanos, por exemplo, com respostas como a área da redução de riscos, com uma evidente desresponsabilização no projeto das salas de consumo, a monitorização de novas dinâmicas sociais, respostas na área dos cuidadores informais ou uma política para as pessoas com deficiência, programas de vida independente para os migrantes ou para a comunidade LGBT. Disse que quando avança, o faz demasiado tarde, perguntando se seria mesmo necessário aguardar 8 ou 12 anos para concluir alguns dos primeiros projetos de habitação e na área da mobilidade. Afirmou que o Bloco procurou apresentar propostas que melhorassem o Orçamento em muitas destas matérias, tendo proposto, por exemplo, a aplicação do agravamento do IMI nos prédios devolutos para incentivar o seu uso para fins habitacionais, a construção de fogos com renda apoiada para dar resposta às famílias em lista de espera, a implementação dos instrumentos previstos na Lei de Bases da Habitação que não carecem de regulamentação adicional, o aumento do número de vagas em *Housing First*, para pessoas em situação de sem-abrigo de forma atingir os objetivos definidos na estratégia nacional, novas soluções na área da mobilidade, um plano da mobilidade em bicicleta, das acessibilidades pedonais ou de transporte público para zonas de difícil acesso ou, por exemplo, a tarifa social da água, que beneficiaria cerca de 17 mil famílias em situação de carência económica. Disse que também propuseram um aumento das verbas para as Freguesias – proposta que foi liminarmente recusada – materializada num reforço da sua capacidade na resposta à crise, medidas de apoio às pessoas mais velhas, aos cuidadores informais, um verdadeiro Orçamento participativo, a criação de um apoio de emergência para os agentes do setor cultural, de caráter extraordinário e transitório em situações de efetiva paragem ou redução da atividade. Disse que nenhuma destas propostas pareceu merecer o interesse do Executivo



e justificou a sua inclusão neste Orçamento. Dirigiu-se aos Membros da Assembleia Municipal referindo que este era o oitavo orçamento apresentado por Executivos liderados pelo atual Presidente da Câmara e que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, ele continua a falhar no essencial. Disse que mantinham divergências profundas na visão para a cidade e a forma como o orçamento reflete uma política que não partilhamos. Disse deveriam existir outras escolhas, outras prioridades e que devia haver mais investimento onde ele é necessário para melhorar a vida das pessoas que vivem e trabalham no território do Município. Explicou que devido à necessidade de haver mais e melhor resposta à crise sanitária e social e porque não foi possível encontrar acolhimento para as propostas que consideravam mais urgentes, o Bloco de Esquerda votaria contra o Orçamento de 2021.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) começou por referir que gostaria de realçar uma diferença objetiva e clara relativamente aos orçamentos anteriores, relativamente a todos os restantes instrumentos de gestão previsional que foram apresentados por este Executivo, mormente no mandato iniciado em 2017. Disse que, na perspetiva do Partido Social Democrata, de facto, era diferente para melhor, desde logo quanto à matéria das despesas correntes e também quanto à matéria da carga fiscal. Disse que não podiam ignorar que, de facto, a despesa corrente vinha aumentando, neste último mandato, em 2018, 2019, 2020 cerca de 10% ao ano: foram 12 milhões em 2017, mais 26 milhões em 2018 e 21 milhões em 2019. Explicou que foram quase 50 milhões de euros em despesa corrente crescente em 3 anos de mandato. Disse que verificam uma travagem a fundo nas despesas, em especial com as despesas de pessoal e de aquisição de bens e serviços, que registam um aumento pequeno, muito embora seja compensado também com um aumento verificado sobretudo nos subsídios à exploração, designadamente das Empresas Municipais. Referiu uma segunda nota, do seu agrado e relacionada com uma redução importante na carga fiscal, uma vez que a carga fiscal, pela primeira vez em 7 anos, não aumenta. Disse que os portuenses suportaram neste mandato e com os Executivos do Senhor Presidente da Câmara, uma carga fiscal elevadíssima, só entre 2015 e 2019



ficou-se por um aumento da receita fiscal em cerca de 79 milhões de euros, correspondente a um aumento 68%, em apenas 4 anos, só em 2019 esse aumento foi de cerca de 21 milhões de euros, sendo o entendimento do PSD que essa carga fiscal era exagerada, porque fundamentalmente os resultados líquidos eram muito superiores aos custos, custos esses que tinham vindo sucessivamente a aumentar e, portanto, apesar disso, essa carga fiscal revelava-se muito superior àquilo que eram as próprias necessidades de governança da Câmara. Sublinhou que registavam uma inflexão significativa e importante relativamente àquilo que se verificou nos últimos 3 anos deste mandato e, por isso, entendem que este é um Orçamento que caminha para um ponto pelo qual se pugnavam: conter, limitar o monstro camarário que tinha vindo a ser sucessivamente criado e também, em função disso, limitar o esforço que era imposto aos portuenses para o suportar. Afirmou que verificam agora, com satisfação, que há uma redução do IMI que é importante de facto. Referiu que o Senhor Presidente, citando o Senhor Vereador Álvaro Almeida, afirmou ser mais importante neste contexto uma redução do IMI do que o IRS porque o IMI é uma despesa fixa e é, de facto, uma despesa com que os portuenses que têm casa não podiam fugir, enquanto que naturalmente, o IRS está ainda assim, subordinada aos seus efetivos rendimentos e, portanto, pagarão tanto mais quanto esses rendimentos existirem. Acrescentou que, nesse aspeto, não têm a visão de uma cidade em matéria fiscal que olhe apenas e tão-somente para aqueles que não pagam impostos mas que se preocupam com aqueles que pagam impostos. Referiu que consideram que os portugueses pagam impostos a mais e que, ao contrário do que defendeu a CDU, defendem uma redução de impostos e que haja uma libertação de rendimentos para que as famílias, os portugueses e os portuenses possam viver melhor, com mais folgo, com mais meios, porque também acreditam que quanto maior for a disponibilidade económica e financeira das famílias e das empresas maior também será o crescimento e beneficiarão todos aqueles que pagam e não pagam. Afirmou que acreditam no mercado, não apenas por palavras, mas também na prática sendo essa uma nota distintiva que têm relativamente à CDU e às forças de esquerda. Referiu que outro aspeto importante do orçamento se relaciona com o aproveitamento e com a aceitação que foi feita de algumas pro-



postas apresentadas pelo PSD. Explicou que o PSD apresentou 4 ou 5 propostas, fundamentalmente na área fiscal: propôs uma redução do IMI – que não foi tão grande como se pretendia, mas houve de facto uma redução –; um reforço do Programa Porto Solidário que foi aceite pela Câmara Municipal do Porto; uma isenção de todas as taxas e licenças municipais recorrentes, como as taxas de ocupação da via pública, publicidade e associadas à atividade económica que também foi aceite. Acrescentou que só não foi aceite uma proposta de isenção da taxa turística, designadamente para os primeiros 6 meses do ano, concluindo que, em geral, se sentiram, de facto, pela primeira vez, reconhecidos naquilo que foram algumas das propostas que tinham feito. Disse que por isso este era um Orçamento melhor que os anteriores, reafirmando que este não era o Orçamento do PSD, nem o Orçamento que o PSD proporia uma vez que ainda está contaminado pelos orçamentos anteriores, pelos montantes e pelas despesas associadas à estrutura da Câmara – ao monstro que já tinha referido na intervenção – e ainda exige uma enorme carga fiscal para sustentar essa estrutura da Câmara. Referiu que a dimensão da estrutura impede, não apenas a sua própria redução, mas também impede que, por exemplo, nestes momentos difíceis de pandemia, a Câmara possa ser ainda mais ativa no apoio à indústria, ao comércio e à cidade na sua atividade económica. Disse que entendem que nessa matéria a Câmara Municipal podia e devia ter ido muito mais além. Disse ser evidente que, face à enorme peso que a estrutura da Câmara representa, a libertação de meios para funções que cabem em primeira linha ao Governo e ao Estado, teriam que reconhecer que a Câmara Municipal do Porto tem ido muito para além daquilo que seriam as suas competências regionais e que entendem que o Governo tem falhado com a Câmara do Porto e que a Câmara tem gasto muitos dos seus recursos em responsabilidades que não são suas e que seriam de facto do Governo Central. Afirmou que consideram que a Câmara poderia e deveria ir mais além do que as medidas que foram tomadas, designadamente no programa de incentivo à atividade comercial, por exemplo, ou na redução das rendas ou na redução das taxas, que é comparativamente pouco quando se vê a Câmara Municipal de Lisboa constituir um fundo de 20 milhões de euros para apoio à atividade da restauração, comércio e indústria. Disse que a comparação entre os valores do Porto e os anunciados por Lisboa explicitam os portuenses têm piores condições



e oportunidades ou são menos apoiados do que outros portugueses no resto do país. Disse ser possível fazer mais e melhor no corte de despesas, nomeadamente, na estrutura, o que não se pode fazer de um momento para o outro, uma vez que a estrutura aumentou, em 7 anos, cerca de 35 ou 37 unidades orgânicas. Referiu que ainda na semana se criou na semana passada mais uma unidade orgânica flexível, criando-se um monstro que é um peso absolutamente enorme, comparando digamos, com aquilo que era agilidade e com a flexibilidade que tinha a Câmara em 2013. Afirmou tratar-se de uma comparação que tem igualmente que ser feita porque se passou de cerca de 72 Unidades Orgânicas para cerca de 107 ou 108 que e isso tem custos que se refletem e veem no presente. Referiu-se também ao aumento das Empresas Municipais, com a duplicação das suas estruturas, das suas chefias, das suas Direções Financeiras, Jurídicas e Administrações e que não é por acaso que, por exemplo, ainda não tenha sido possível reduzir as tarifas de recolha de resíduos que são praticadas, o que nos leva a concluir, por exemplo, em matéria de ambiente, pagamos ainda hoje a internalização de alguns serviços que eram no passado concessionados. Disse ser neste aspeto que se julgam, de facto, muito pouco socialistas, sendo verdadeiramente social-democráticos porque acreditam que o mercado funciona desregulado, mas regulado funciona muito melhor do que qualquer tipo de intervencionismo socialista que, infelizmente, ainda se vê ser praticado, inclusive neste Município. Sublinhou que, de facto, este é um Orçamento melhor que os anteriores no qual registam positivamente vários aspetos e que melhora significativamente as críticas que vinham fazendo no passado pelo que não iriam reprovar o orçamento, mas sim abster-se.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio dizendo que o Orçamento que são chamados a apreciar surge num contexto de grande instabilidade. Acrescentou que se a crise ambiental já trazia desafios quanto bastasse e a crise sanitária causada pela Covid-19 acarretava já desafios imensos, do ponto de vista da saúde pública, as outras crises que se lhe juntaram transformaram o momento atual no mais difícil e desafiante da nossa história coletiva recente. Afirmou que se espera muito de qualquer nas respostas no contexto atual e no pós Covid-19 e considerou que, no Porto, existe uma ainda maior expectativa



por entenderem que Porto tem responsabilidades acrescidas, ao ser um Município que tem que estar na linha da frente das respostas pelas suas idiossincrasias, pelas suas características. Explicou que o PAN procurou, em sede de especialidade do Orçamento do Estado para 2021, robustecer os Municípios ao nível das ferramentas e meios para estes próximos tempos. Descreveu que propuseram, por exemplo: a constituição de um Grupo de Trabalho do Governo com os Municípios para apurar os montantes das despesas totais com a Covid-19; o reforço em 2021 do Fundo Social Municipal em 51 milhões tal como sucedeu neste ano de 2020; que as despesas com equipamentos, bens e serviços no âmbito da Covid-19 fossem elegíveis para financiamento através do Fundo Social Municipal. Disse que, em paralelo, garantiram respostas mais ambiciosas para os programas *Housing First*, na saúde mental, na proteção animal e ambiental, isto falando de políticas entre o Estado Central e os Municípios. Disse que se referia a estes aspetos para explicar que não se limitaram a exigir aos Municípios soluções, mas colocaram-se sempre ao lado destes na construção das mesmas, esperando, naturalmente, que os Municípios tomem as melhores decisões. Disse que era precisamente de decisões que vinham falar e que o Executivo esteve bem neste processo quando refere que ouviu todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal e que tornou públicas as suas participações, facto que, naturalmente, saúdam. Referiu que gostariam de lembrar o que disseram no passado aquando da discussão do Orçamento Municipal: que não poderiam ignorar que as receitas estavam muito alavancadas em impostos relacionados com o mercado imobiliário, como o IMT e com o turismo, e insistiram que estas são receitas que variam, obviamente, de ano para ano, muito dependentes que estão da procura destes mercados. Disse que 2020 veio mostrar que o IMT e o turismo tornam o Município demasiado dependente e que há que fazer uma maior aposta interna na economia local e na economia circular. Destacou desta proposta de Orçamento, como objetivos importantes para a cidade, a aposta em recursos humanos, lembrando a responsabilidade que a Autarquia tem na seleção e recrutamento dos profissionais mais adequados, isto porque para o PAN apesar de ser possível fazer omeletas sem ovos, seguramente, não se fazem omeletas sem ingredientes e os recursos humanos da Administração Pública são



fundamentais para o desempenho do Município assim como para a implementação de políticas públicas. Sublinhou também o investimento na habitação, mantendo a rúbrica do direito de preferência, a requalificação e o reforço das escolas, a aposta em infraestruturas desportivas e recreativas, a reabilitação do Bolhão, o Terminal Intermodal de Campanhã, o Programa Rua Direita, a promoção da eficiência e diversificação energética, o reforço do Fundo de Emergência Social e do Fundo de Apoio ao Associativismo, e sem esquecer a formalização da cooperação de acordos com o Governo, seja por via de candidaturas como no Primeiro Direito seja por via de acordos de colaboração, como na requalificação, por exemplo, da Escola Secundária Alexandre Herculano. Destacou ainda o investimento em parques e jardins públicos, e a intervenção na rede de rega com vista ao desperdício zero, também a aposta na inovação assim como os protocolos com associações de proteção animal para a implementação das políticas CED – Captura-Esterilização-Devolução. Acrescentou não poder deixar de assinalar algumas discordâncias e chamar a atenção para o caminho que ainda falta trilhar na cidade, dando alguns exemplos. Disse que, desde logo, o Executivo Municipal relembra no Anexo III desta proposta que se mantêm os grandes eixos estratégicos para a cidade, coesão social, economia e cultura. Questionou se o Executivo seria versátil o suficiente para os reajustar a todas as necessidades. Salientou que no contexto necessária flexibilidade é sabido que, para o PAN, o eixo ambiental não poderia nunca ser aceite como um subordinado da economia, mas sim, como uma força de equilíbrio. Afirmou que quando, em todo o momento, falam num Porto sustentável, não se referem só às contas, mas a um Porto onde se respire e onde se decida a pensar nas próximas gerações, numa cidade inteligente, que seja amiga de todos, a começar nas crianças e a acabar nos animais. Acrescentou ainda que, com estes 3 pilares, o Executivo remonta ao mandato de 2013 quando no compromisso do mandato 2017 tinha reiterado como eixo a sustentabilidade. Perguntou porque é que esse eixo caiu. Disse que a habitação é assumida como uma prioridade neste Orçamento, sendo fundamental, de facto, que em 2021 se assegure este direito básico e que a ânsia de recuperar o tempo perdido não pode, em 2021, ameaçar os portuenses pela especulação que se venha a sentir e que, no passado, já arrastou os preços para níveis incomportáveis para o comum cidadão portuense. Afirmou que se se quer



trazer gente para o Concelho não será suficiente falar em reabilitação do edificado, tendo mesmo que se cumprir a Lei de Base. Disse ser a altura de perguntar se é em 2021 que vamos ter a Carta Municipal de Habitação finalizada e o Conselho Local de Habitação. Referiu existirem matérias para as quais se antecipa uma complexa transferência de competências, como nas áreas da educação ou da ação social e que não encontraram ainda neste Orçamento uma preparação robusta para o efeito. Destacou que na cidade existem serviços únicos importantíssimos é o caso das RLIS – Redes Locais de Intervenção Social e SAAS – Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social, que não se podem perder, pelo que é fundamental que se prepare esta transição. Disse que gostaria de referir o exemplo do Hospital Joaquim Urbano e o investimento na sua equipa, uma vez que em 2021 haverá um aumento destas necessidades e uma vez que o Município considera que não deve apoiar as Organizações não-governamentais nas suas candidaturas aos projetos *Housing First*, esperavam que estivesse preparado para evitar este flagelo social de mais pessoas que estão na rua. Referiu que na mobilidade, ao encabeçar a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, se espera outra responsabilidade do Município, nomeadamente no que diz respeito ao PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes que tem sido um programa muito importante. Disse que no que concerne ao capítulo da economia e desenvolvimento social, ele se poderia chamar orçamento para o Bolhão e que entendem que é preciso fazer mais pelas pequenas e médias empresas, pela economia social. No que diz respeito ao capítulo da cultura e sendo ele um eixo estratégico, afirmou que as verbas alocadas deveriam ser outras e que a dotação da Direção Municipal de Cultura lhes parecia incipiente. No que respeita ao bem-estar animal que é merecedor da sua contínua e legítima preocupação, disse que sentiram que nesta matéria há um caminho que tem sido feito a passos bem mais lentos do que gostariam e que as linhas orientadoras do orçamento para 2021 nesta matéria, acabam por se resumir a uma linha para mostrar a preocupação com o bem-estar animal. Disse que o Executivo considera ainda contraproducente o apoio a famílias carenciadas para os seus animais, nomeadamente para a esterilização dos mesmos, optando assim por não prevenir o abandono. Disse que a resposta dada é que quem não tem dinheiro, não deve ter animais. Perguntou se quem tinha dinheiro e tinha



animais e agora não tem dinheiro, deve abandoná-los. Referiu a existência de um ponto de equilíbrio que se deve procurar nesta matéria. Chamou atenção para o facto de o Executivo não estar sozinho naquilo que é uma menor atenção para com os animais, salientando que nenhum outro Partido da direita à esquerda considerou nas suas propostas mais proteção para os animais. Terminou referindo que as propostas que apresentaram ao Executivo Municipal não requeriam avultados recursos financeiros, mas sim apenas vontade política e que tiveram algumas garantias dadas pelo Executivo em relação a algumas matérias. Disse que estariam atentos e fiscalizariam. Em conclusão, referiu que entendem que a cidade precisa de instrumentos e meios e que o Orçamento que se apresenta é um instrumento bem fundamentado no qual reconhecem um caminho em que divergem em algumas questões, pelo que assumirão uma posição de abstenção em relação ao mesmo.

O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) referiu crer que, após ouvir todas as forças políticas da cidade, se pode concluir que, globalmente, este é um bom Orçamento, apenas com a exceção do Bloco de Esquerda. Disse querer enaltecer, tal como a Senhora Deputada do PAN, o facto de o Senhor Presidente ter aberto a discussão do Orçamento e acolher as propostas de todas as forças políticas. Identificou um binómio no Orçamento relacionado com o facto de a receita descer e, paradoxalmente, o Orçamento crescer de 13,5 milhões. Sublinhou que o orçamento tem crescido todos os anos com este Executivo, todos os anos sem exceção, sem ter havido aumento de impostos. Retomando a ideia de que o Orçamento cresce e a receita desce, disse não se tratar de um milagre, sendo o fruto de uma política cautelosa que soube aforrar e gastar quando tinha gastar e, de facto, como também o Senhor Presidente diz, de uma forma keynesiana. Não como a interpretação feita no tempo do Partido do Sr. Eng.º José Sócrates, que interpretava Keynes de uma forma diferente, realçando que aqui se interpreta que quando se está em expansão se aforra para depois se investir quando se estiver em retração e é isso que este Executivo está a fazer e, no seu entender, muito bem. Em relação à intervenção do Partido Socialista no que respeita à toxicodependência – e considerando que o Partido Socialista está no Governo – seria importante também a ajuda da Administração Interna e do Governo,



porque sabemos que sem o Estado a Câmara está muito limitada nesta luta. Relembrou que o Senhor Presidente da Câmara estava disponível a colaborar e que por várias vezes exigiu do Governo uma intervenção nesse sentido. Em relação à intervenção do Bloco de Esquerda, disse ficar espantado por surgir ainda o fantasma do alojamento local. Disse que no que respeita ao alojamento local é necessário referir a economia circular, a quantidade de postos de trabalho que estão suspensos ou não existem pela crise que se vive. E assiste-se ao continuar do ataque ao alojamento local quando devia ser revitalizado para voltar a dar o emprego e a expansão que tem dado à cidade. Relativamente à intervenção do PSD, disse que a referência ao monstro lhe recorda o filme a Bela e o Monstro porque se deve tratar de um monstro muito simpático, de um monstro que dá os resultados que dá – a Câmara obtém as receitas que tem – e só pode ser de facto o monstro da Disney, porque, de facto, é um monstro simpático que nos permite ter todos estes resultados. Referindo-se à intervenção do PAN disse considerar que a Câmara continua a apostar nos vetores referidos pelo PAN, nomeadamente na sustentabilidade. Disse julgar que a Câmara não prescindiu da sustentabilidade para investir noutros vetores, exemplificando com a substituição da iluminação pública que requer um grande investimento. Concluiu dizendo que, num mundo perfeito, não seria preciso dinheiro para ser mais sustentável, mas como não se vive num mundo perfeito mas sim no mundo real, precisamos ter receitas também para melhorarmos a sustentabilidade da nossa cidade.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio dizendo que, no processo de elaboração do Orçamento agora em apreciação, o Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de previamente apresentar as grandes linhas de orientação do mesmo e de pedir e analisar as propostas apresentadas pelos vários partidos com representação municipal. Disse tratar-se de um processo virtuoso que viu ocorrer durante este mandato e que se deveu ao facto de não existir uma maioria absoluta na Assembleia Municipal. Considerou ser uma pena o PS, em pleno processo de diálogo com as diferentes forças políticas e antes mesmo de ser conhecida a versão final da proposta de Orçamento, tenha afirmado publicamente que o iria viabilizar facto que, naturalmente, facilitou o processo negocial



ao Senhor Presidente da Câmara, que deixou de se preocupar com as propostas apresentadas pelos diferentes forças políticas. Disse que cá estariam para ver as contrapartidas deste frete que, mais uma vez, o PS fez a Rui Moreira. Continuou explicando que CDU se empenhou neste processo, apresentando um conjunto diversificado de propostas que, infelizmente, não foram consideradas e que visavam definir prioridades em matéria de habitação social, de apoio social aos mais carenciados agora que se evidenciam as consequências da crise social e económica provocada pela pandemia, de melhoria das condições de trabalho dos funcionários do universo municipal, de intervenção no espaço público, melhorando a sua qualidade. Disse que estão certos de que se as mesmas fossem consideradas o Orçamento seria melhor e estaria mais adequado às necessidades da cidade e da sua população, designadamente da mais desfavorecida socialmente. Afirmou que constatavam, no entanto, que a proposta de Orçamento, apesar da pandemia e de todas as suas consequências, eleva até os seus valores globais, situação que perante a previsível quebra das receitas correntes é conseguida através do recurso ao endividamento bancário e à futura inclusão do saldo de gerência de 2020, que mantém, à semelhança dos anos anteriores, um valor inadmissível. Disse que a CDU – não escamoteando o facto de 2021 ser um ano eleitoral que conduz a um inflacionamento artificial do Orçamento para poder contemplar ainda mais propostas de investimento que não se realizarão – considera correto, tal como defende para o país, um reforço do investimento público, procurando desse modo alavancar a economia e melhorar as condições de vida da cidade. Acrescentou que, de igual modo, a CDU considera como positiva a manutenção de medidas que propôs em anos anteriores, como são os casos da redução de 10% do IMI, para os fogos que constituem habitação própria dos seus proprietários – proposta essa agora aumentada para 15% –, a manutenção de um programa de apoio ao associativismo – embora não tenha sido contemplada a proposta que apresentamos do seu reforço para 1,2 milhões de euros – e a manutenção da isenção de IMI aos fogos construídos por Associações Moradores, tal como verifica que um conjunto significativo de propostas que tem vindo a apresentar continuamente nos Órgãos Municipais, fruto do seu permanente contacto com a população e instituições da cidade, passam a estar



plasmadas no Orçamento, evidenciando a importância dos trabalhos que desenvolve bem como a justeza das propostas que elabora, a título de exemplo: o Programa Desporto no Bairro, a requalificação da Praça da Corujeira, a redução das taxas de aluguer dos espaços comerciais situadas em Bairros Municipais. Disse que a CDU constata que a proposta de Orçamento para 2021 enferma de velhos problemas, como são os casos da aposta em opções como a concessão do estacionamento ou a construção de habitação de renda dita acessível, em desfavor da reivindicação de habitação com renda apoiada, o recurso sistemático à subcontratação de serviços e de consultoria em paralelo com o subaproveitamento do excelente quadro de recursos humanos do Município, a externalização de diversos serviços, desde portarias, segurança, limpeza de instalações, a confeção de refeições para as escolas e para os próprios funcionários municipais – de que o caso da cantina da Águas do Porto é um exemplo chocante, fomentando casos inadmissíveis de precariedade e de desregulação laboral –, a manutenção de horários semanais distintos consoante o vínculo laboral, para além da aposta em investimentos que consideramos como não prioritários, bem como em soluções que sistematicamente entrem em incumprimento – caso do Fundo do Aleixo que de ano para ano atrasa a entrega de habitações municipais a que se comprometeu e que tanta falta fazem à população carenciada da cidade. Disse que um dos problemas maiores deste Orçamento é o facto de sabermos que a maior parte do investimento nele contido não se vai realizar de acordo com o previsto, quer em termos de prazos, quer em termos de valores globais, tal como aconteceu nos anos anteriores, mostrando cruamente que a maioria camarária tem um estrutural problema de execução de obra, algo cuja responsabilidade procura afanosamente atribuir a entidades externas e à burocracia, mas que, objetivamente, se deve em grande medida, à sua própria incapacidade. Apresentou cinco exemplos que ilustram esta constatação: Ponte D. António Francisco dos Santos, anunciada em 12 de abril de 2018, com um custo anunciado de 12 milhões de euros, teve em 2019 inscritos 200 mil euros com previsão de gastos, 4,4 milhões em 2020 e 8,6 em 2021, no orçamento de 2020, passou a ter 350 mil euros para esse ano, 4,25 milhões para 2021 e 8,5 milhões para 2022, no orçamento deste ano, temos previsto 350 mil euros para este ano, 2,5 milhões para 2022, 10,1 milhões para 2023, ou seja, dos 12 milhões, passou



para 29 milhões e a sua conclusão já está prevista para 2023 e, na verdade, no final de 2020 nem projeto temos; a Escola Básica do Falcão, tinha inscrito, no orçamento de 2019, 30 mil euros e previa 440 mil euros para 2020, no orçamento de 2020, passou a prever 1,1 milhões de euros para esse ano e 834 mil euros para 2021, no orçamento deste ano tem previsto 750 mil euros e 456 mil para 2022; o Programa Rua Direita, foi anunciado a 18 junho 2018 e previa gastar 21 milhões de euros em 3 anos na reabilitação de 88 arruamentos, no orçamento de 2019 inscreviam-se 100 mil euros para esse ano, com 1,65 milhões para cada um dos 2 anos seguintes, no orçamento de 2020 previa 1,9 milhões de euros para esse ano, 8,9 para 2021 e 9,8 para 2022, neste orçamento prevêm-se 3,2 milhões para este ano, 5,9 para 2022 e 3,8 para 2023, ou seja, pelo menos 2 anos de atraso; a segunda fase do Parque Desportivo de Ramalde, tinha inscrito no orçamento de 2019, 1,1 milhões de euros, prevendo igual verba para 2020, no orçamento de 2020 havia 486 mil euros para esse ano e 1,4 milhões para 2021 e 600 mil para 2022, no atual orçamento, temos 525 mil euros para 2021, 1,3 milhões para 2022 e 600 mil euros para 2023; a requalificação do Jardim da Praça da República apareceu no orçamento de 2019 com uma verba de 649 mil euros, no orçamento de 2020, aparecia com uma verba de 454 mil euros prevendo mais 195 mil em 2021, surge agora com 114 mil euros, prevendo-se para 2022, 853 mil euros. Terminou informando que, ponderados os aspetos positivos e negativos deste Orçamento, a CDU se iria abster na votação do mesmo e que a CDU cá estaria, ao longo do ano, para fiscalizar ativamente a sua execução, bem como para apresentar propostas que respondam aos inúmeros problemas da cidade e da sua população.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) referiu que se tinha assistido a uma intervenção do Sr. Deputado Rui Sá que ficou imbuído do espírito que o animou de ataque ao Partido Socialista quando esteve aliado com o Sr. Dr. Rui Rio para garantir a primeira maioria e a primeira governação de Rui Rio nesta cidade do Porto. Disse que devia dizer que a CDU – uma força política, uma coligação política que eu respeito e que considero institucional – é a força política que mais vezes viabilizou orçamentos desta maioria municipal neste mandato e, portanto, até estranha a forma acutilante como fez as críticas ao



Partido Socialista. E acrescentou que a abstenção do Partido Socialista, não deve ter sido assim tão nefasta para os objetivos políticos da CDU, porque, com a abstenção do Partido Socialista, estava a CDU desobrigada do ónus de garantir a viabilização do documento orçamental. Disse que, desobrigada desse ónus, ainda assim a CDU, no final de contas, considera que o orçamento é suficiente para ter a mesmíssima votação que teve nos exercícios orçamentais anteriores. Concluiu dizendo que o Partido Socialista estava esclarecido e tranquilo com as posições que tomou e certamente tem a certeza que elas não foram um impedimento democrático para a ação enérgica da CDU.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interpelou o Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho perguntando qual a razão pela qual o Partido Socialista manifestou desde logo a sua intenção de viabilizar o Orçamento estando a decorrer um processo negocial no qual estavam a ser discutidas as propostas das diversas forças políticas, não havendo ainda um documento apresentado formalmente pela Câmara Municipal relativamente ao orçamento e prejudicando, naturalmente, todas as propostas que estavam em discussão.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) respondeu dizendo que o momento em que o Partido Socialista toma as suas posições, resulta de um juízo de oportunidade que cabe ao Partido Socialista fazer. Sublinhou que mal seria se andasse o Partido Socialista a reboque da CDU para decidir dos momentos em que deve intervir e como é que deve intervir. Disse que se era verdade que não havia um documento final, não é menos verdade que havia já troca de impressões e negociações relativamente a uma futura proposta de Orçamento. Disse que, independentemente daquilo que seria depois as soluções em concreto, se está perante um ano absolutamente excecional, como foi aquilo que tentou demonstrar no início da sua intervenção inicial. Disse que a decisão que foi feita pelo Partido Socialista foi a de que, num ano excecional ou perante circunstâncias excecionais, merecia a cidade uma resposta excecional, apresentando medidas e viabilizando a governação da cidade.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que iria tentar responder e dar também o seu contributo para este debate. Felicitou o Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho do PS pela sua capacidade oratória e referiu que já tinha saudades de o ouvir a falar e discursar. Referiu existir um equívoco da parte do Partido Socialista tentou resumir: concordando, com o que foi dito pelo Senhor Deputado, julga que o PS pretende que a Câmara seja um mini Governo, ou seja, que a Câmara Municipal do Porto, principalmente numa altura destas, de pandemia, um prestador de serviços que está na alçada do Governo, fazendo aquilo que o Governo não faz e, sobretudo, fazendo-o de borla. Isso sucede porque quando se olha para o Orçamento do Estado, estando à espera do reforço de fundos para os Municípios e também para as Freguesias aqui tantas vezes invocada, a verdade é que não sucedeu. Considerou ser um problema que a Câmara Municipal do Porto fosse empurrada por estes impulsos para se ir substituindo àquilo que são as competências do Estado Central, o que pode ser perigoso quando se prevê a vinda de um modelo de descentralização que vai ainda criar maiores problemas nesta matéria porque, mais uma vez, os municípios serão tarefeiros mal pagos. Disse que é por isso que depois a Câmara Municipal do Porto, de vez em quando, hesita em dispor de mais recursos para funções que não são prioritariamente suas. Disse que referia este aspeto porque o Senhor Deputado invocou e bem a questão dos sem-abrigo sobre a qual referiu saber bem que todos poderiam ter feito mais. Referiu dois exemplos do muito feito, ainda assim não suficiente: nos últimos 6 meses, o município tem 54 apartamentos em que há pessoas em situação de sem-abrigo a viver; e existem 3 restaurantes solidários em funcionamento. Referiu ao Senhor Deputado que seria necessário, quanto à questão das pessoas em situação de sem-abrigo, questionar os municípios limítrofes do Porto sobre o que fizeram, quanto investiram, quais são os serviços que oferecem. E devia perguntar-se à Senhora Ministra que esteve aqui no Porto há cerca de um ano com o Senhor Presidente da República, onde estão aquelas verbas todas extraordinárias, estrambólicas, que iam ser disponibilizadas para as pessoas em situação de sem-abrigo. Disse que estes factos demonstram que o Município tem feito o seu trabalho mas não pode é fazer tudo e fazer tudo sozinho. Disse concordar que essa era também a missão do Município, mas não poderia ser uma missão desacompanhada. No que



respeita à intervenção do Senhor Deputado Pedro Lourenço, disse que o voto do Bloco não o surpreendia e até acho bem que haja forças políticas que entendam votar contra. Referiu que quando o Bloco de Esquerda refere e critica a questão das salas consumo, fica sem saber o que é que o Município do Porto poderia fazer mais em relação à questão de salas de consumo assistido, salientando que tinha a certeza o Município não iria operar as salas de consumo assistido: o Município pagou a instalação mas não vai operar as salas, e as coisas continuam a andar ao ritmo lento das execuções orçamentais. Referindo a questão da habitação, disse que o Porto é o Município do país que, *per capita* – e provavelmente não apenas *per capita* –, no último ano, mais habitação social entregou anualmente, no regime de renda apoiada e que mais famílias apoia no complemento à renda que nós distribuímos – em termos absolutos. Disse ser uma ilusão dizer-se que Câmara não está preocupada com a habitação social. Acrescentou que refreassem os ânimos no Parlamento quando querem interferir na matriz e na acessibilidade à habitação social municipal, por uma razão simples: porque vão fazer com que os Municípios que nunca investiram em habitação social ou que pouca têm, se vejam cada vez mais impelidos a não fazerem esse investimento, convencidos que estão que essas pessoas podem migrar para o Porto e aqui têm acesso e isso causa um grande problema. Referiu que a Câmara quer mais pessoas no Porto, por todas as razões, mas não quer que cheguem por migração forçada e, portanto, seria bom que o Parlamento se abstivesse de interferir excessivamente nesta matéria. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Francisco Carrapatoso, disse achar extraordinário quando diz que há uma carga fiscal elevadíssima. Disse que se lembrava que quando chegou à Câmara em 2013^a sua fatura fiscal de IMI para a residência de habitação própria tinha uma taxa de 0,4%. O Município reduziu, entretanto, duas vezes o IMI que, neste momento está, a uma taxa de 0,324%. Referiu ainda que a Câmara criou um benefício fiscal de 10% e agora, se este Orçamento for aprovado, será de 15%. Disse não se recordar de, no tempo do Dr. Rui Rio, o IRS ter sido reduzido. Disse que também não se recordava de grandes benefícios em termos de Derrama, maior do que aqueles concedidos atualmente. Diz que o que sucedeu foi que a cidade começou naturalmente a gerar mais receita fiscal e, em consequência, criaram-se estruturas necessárias para corresponder àquilo que



é, de facto, o crescimento da cidade num conjunto de atividades. A Câmara ajustou o peso da estrutura da Câmara à maior necessidade de uma cidade que funciona hoje de maneira diferente do que funcionava em 2013, não por mérito dos políticos, mas por mérito da economia. Disse que hoje em dia havia mais recursos humanos do que quando o PSD governava a cidade porque se recorria a CEI+ – Contratos Emprego Inserção, na altura não tinham jardineiros, não tinham cantoneiros e contratavam-nos através de contratos não renováveis por 6 meses. Disse que este Executivo, de facto, fez um trabalho diferente e tomou opções diferentes. Referiu de seguida que, em 2019, houve o aumento da remuneração mínima mensal garantida para a função pública, que representou um aumento de 220 mil euros, atualizações salariais em 2020, de 0,3% nas remunerações dos trabalhadores que exercem funções, o que teve um acréscimo anual de sensivelmente de 215 mil euros. Exemplificou os aumentos de trabalhadores ocorridos: o aumento do número de agentes da Polícia Municipal com mais 142 novos agentes, o que só por si representa um aumento de 4 milhões de euros, números redondos, por ano – em 2016, foram 42, 2017, 59, em 2018, 41. Disse que gostaria, da mesma forma, que a Polícia de Segurança Pública aumentasse os seus efetivos. Disse depois que o Município contratou diretamente, a partir de setembro, 180 técnicos da componente de apoio à família, que até agora eram assegurados por uma contratação externa, e que isso representou, de facto, um aumento de 500 mil euros. Referiu ainda que houve 26 contratações, por regularização de vínculos precários em 2019, o que representa um acréscimo de 365 mil euros. Explicou que houve 21 estágios profissionais, o que representa também um acréscimo, ao abrigo do financiamento e IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, mas, mesmo assim, representa um acréscimo de cerca de 250 mil euros. Houve um plano de recrutamento, que representa um acréscimo de 2 milhões de euros, ligada, por exemplo, à contratação de 35 novos Bombeiros Recrutados. Referiu que, consequentemente aumentou o valor do seguro de acidentes de trabalho e custos com novas admissões e que, vendo bem, não considerava que se tratassem de gorduras. Disse que não criaram postos desnecessários, mas sim os necessários para que a cidade possa corresponder. Fez a opção política, de facto, de não recorrer aos CEI+ e contratar pessoal para determinadas funções evitando contratar pessoas que estão 6



meses na Câmara e ao fim de 6 meses ficam completamente frustradas, porque tinham que ir embora. Respondendo à Senhora Deputada do PAN, relativamente à questão das Freguesias, disse que esperava que o FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias tivesse sido aumentado, mas não foi. Relativamente à questão da economia local referiu o facto de as Câmaras não terem assento na receita do IVA, apesar da expectativa criada. Referiu que se a Câmara tivesse um instrumento de IVA – como existe em muitos outros países da União Europeia e em que parte do IVA é disponibilizado às Câmaras, por compensação com outras funções que elas tinham – estaria disponível um instrumento anti cíclico muito mais forte. Respondendo ao Senhor Deputado Rui Sá, disse existir uma questão ideológica para a CDU relacionada com o facto de entenderem que todas as funções que são desempenhadas dentro da estrutura municipal deviam ser todas públicas, ou seja, que a portaria deveria ser desempenhada por funcionários públicos, a limpeza das instalações, por funcionários públicos, o serviço de cantinas deveria ser feito por funcionários públicos e depois, quando eles executassem isso tudo deveriam ter todos um subsídio de risco, que é o risco de serem funcionários públicos. Disse que o Executivo não estava muito de acordo com isso e que, de facto, têm internalizado serviços, nomeadamente a nível das Empresas Municipais, mas não veem grande necessidade de tudo ser feito por funcionários públicos, uma vez que os exemplos do passado parecem não ter dado grande resultado. Referindo-se à questão das execuções de obras, disse serem evidentes as razões pelas quais não conseguiram fazer a execução do investimento, desafiando o Senhor Deputado a indicar uma Câmara gerida pela CDU que tenha uma maior taxa de execução orçamental no fim do ano.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse julgar que o FFF para as Freguesias foi reforçado, muito ligeiramente, mas foi reforçado. Disse que aquilo que contestaram sempre foi que o Orçamento Municipal deste ano tem 329 milhões de euros quando o primeiro orçamento deste Executivo tinha 184 milhões e que o aumento das transferências para as Freguesias não tenha minimamente acompanhado o volume do aumento do Orçamento Municipal. Sublinho considerar que era, não só, possível fazer esse reforço, como sobretudo era urgente. Em relação às salas de consumo assistido disse que seguem aquilo que



está na Lei: as salas de consumo assistido são uma iniciativa Municipal que depois pode ser gerida da forma que as Câmaras entenderem e aquilo que criticam na Câmara não é o facto de ela financiar as salas de consumo. Criticam duas coisas: a primeira é que hoje não existem salas de consumo no Porto porque o Dr. Manuel Pizarro e o Dr. Rui Moreira, Senhor Presidente da Câmara, não quiseram que elas avançassem em tempo – foram discutidas desde 2015 e sempre tiveram um obstáculo na Câmara Municipal do Porto, criticando também o facto de a Câmara não usar essa iniciativa Municipal para garantir que o projeto que está no terreno é um projeto que responde às necessidades das populações, nomeadamente o modelo biopsicossocial que unanimemente é defendido e, portanto, desresponsabiliza-se de ter um papel a decidir sobre as salas de consumo; para além disso, presta um mau serviço à cidade, às salas de consumo, às organizações de rua e aos consumidores, inclusive aos moradores, quando persiste no erro de defender publicamente a criminalização de quem consome drogas, por um lado, porque não resolve o problema como o vai agravar, sobretudo nas suas consequências mais dramáticas. No que respeita à habitação, disse saber o que o Senhor Presidente da Câmara disse em 2017, nomeadamente, que as pessoas pobres, de alguma forma iam encontrando habitação social; não só isso não era verdade – continua a não ser verdade e vai continuar a não ser verdade – porque embora o Município do Porto tenha 13 mil fogos para habitação social, um dos maiores do país, sabem que continua a ser necessário mais e nesse aspeto o Município do Porto podia de várias formas garantir um aumento desse volume e recusa-se porque entende que isso tem que ser feito pelo Estado e recusa-se a ter um papel nessa matéria. Conclui dizendo que discordavam sendo este o centro da crítica: estratégia local de habitação, os novos projetos, etc.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que o problema da externalização de serviços tem fundamentalmente a ver com o problema da precariedade em que esses serviços são externalizados, porque é inadmissível que uma cozinheira de primeira, precária há 20 anos, não tenha um contrato, porque todos os anos são feitos contratos de 9 meses e são interrompidos durante as férias. O Município poderia ter um papel regulador em algumas das funções, até que o mercado



ofereça condições que não sejam baseadas nesta exploração e nesta precariedade. No que respeita às obras, replicou que o problema que se coloca tem a ver com o que viu no vídeo de apresentação da nova Ponte sobre o Douro em que Senhor Presidente teve o cuidado de dizer que andavam há vários anos a estudar a solução e que felizmente se tinha mantido a reserva sobre a matéria e apresentaram a solução. Mas depois a solução é uma solução que não vinga nem na APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, nem na APA – Agência Portuguesa do Ambiente, etc., etc. Disse que acrescia o facto de uma Ponte apresentada com um custo de 12 milhões de euros, que passou a ter um custo de 29 milhões, o que não será definitivo porque ainda nem sequer há projeto de Ponte. Concluiu haver um problema que é o desfasamento entre aquilo que são as promessas da Câmara, a apresentação pública e a realidade. Diz que a situação faz parecer o Senhor Ministro Pedro Matos Fernandes que vem dizer que vai lançar o projeto da nova Metro do Porto, mas não há projeto nenhum, nem sequer ainda houve um concurso de ideias. Disse que isto procura iludir a opinião pública e é com isso que não podem estar de acordo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu ao Senhor Deputado Pedro Lourenço dizendo que este continuava a efabular porque não é verdade o que diz acerca das salas de consumo assistido. Relativamente à questão da criminalização do consumo, explicou que é da opinião de que, na proximidade das escolas, o consumo de drogas duras deve ser criminalizado porque se trata verdadeiramente de um atentado ao pudor. Exemplificou dizendo que hoje em dia uma pessoa vai a um Hospital e nem no jardim do Hospital pode fumar tabaco e, pelo contrário, é possível que, à porta das escolas, haja pessoas injetarem estupefacientes. Referiu que há comportamentos que não se podem ter. Disse que, por exemplo, não se podem fazer anúncios a gelados à porta de uma escola, mas podem estar lá pessoas a injetar-se. Disse que não aceitava isso, tendo a certeza absoluta de que a esmagadora maioria das pessoas não quer isso. Referiu que podiam afirmar que prejudicava as Associações, mas que se trata de uma questão ética e moral, uma questão de civilidade e de civismo, uma questão de princípio. Referiu conhecer a realidade da cidade e pode ser difícil fazer um programa social, um programa psicológico de apoio, quando se



sabe que os hospitais psiquiátricos na cidade do Porto, neste momento, não têm nenhuma capacidade para resolver o problema ou para dar resposta a este problema. Quis também referir ao Senhor Deputado Rui Sá a realização da iniciativa Desporto no Bairro, que não foi uma iniciativa da CDU. Relativamente à Ponte disse que não vai custar 29 milhões, esse é valor com acessibilidades e que o projeto será implementado com o Município de Gaia. Referiu ainda que quando foi anunciada a Ponte existia um anteprojeto do Professor Adão da Fonseca que tinha sido sempre tomado como bom e que previa uma Ponte que ligava as duas margens a uma determinada cota e a cota era aquela que nós imaginamos: a cota inferior da Ponte coincidia com a Ponte Luís I. Sublinhou que Senhor Deputado conhecia isso, como toda a gente conhecia. Foi com nesse anteprojeto da Ponte que se fizeram os estudos com a Câmara Municipal de Gaia. Referiu que no desenvolvimento do projeto houve um técnico da APA que considerou que não poderia ser assim, como noutras situações que não são muito compreensíveis, como por exemplo o facto de a subida das águas do mar só ter impacto no Porto e não ter impacto em Matosinhos ou em Gaia, no entender dos técnicos. Dizem, por exemplo, que tem que se deitar abaixo o Edifício Transparente, o antigo CLIP, que agora é um clube qualquer, o Pizza Hut, o Aquário, mas em Matosinhos não acontece nada nem em Gaia, facto curioso e estranho. Acrescentou ainda que por causa do Porto de Leixões têm de construir lá um molhe, um paredão à nossa frente, perguntando o Município, por acaso, se um estudo e o outro estudo, de impacto ambiental, impacto das ondas e da subida das águas, se um estudo contemplava o outro. A resposta era que se realizaram 2 estudos separados que não se consideraram mutuamente. Disse ser curioso porque acha que já que vai ser feito um Quebra-Mar era provável que as grandes ondas não deitassem abaixo o Edifício Transparente. Explicou de seguida que houve um problema, como sabem, com a reabilitação do Mercado do Bolhão quando se verificou subitamente que havia partes no Mercado do Bolhão que se imaginavam que podiam ser peças de betão que podiam ser restauradas e, de repente, verificou-se que não podiam ser restauradas, já não podiam dado o grau de vetustez que só se verifica durante a obra. Pediram-se os pareceres à Universidade de Aveiro, remeteu-se a questão à Direção Regional de Cultura do Norte e à Direção Geral do Património Cultural, num processo que atrasou a obra



em 6 meses. Referiu não falar sequer nas questões do Tribunal de Contas com as quais se torna difícil conseguir taxas de execução elevadas. Disse prever que a bazuca de apoio da União Europeia à pandemia vai chegar encaixotada e que se vão andar para aí 5 anos a tentar abrir a caixa da bazuca, mas pode ser que esteja enganado, sendo um otimista. Concluiu que, da maneira que as coisas estão, se vai receber a bazuca a Bruxelas e depois se perderão 3 anos na contratação pública para arranjar um caixote que a traga, o que o preocupa.

Deliberação: Aprovada, com 21 votos a favor (RM), 3 votos contra (BE) e 22 abstenções (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 1 PAN).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, atendendo ao facto de necessitar de se ausentar, informou que a Senhora Primeira Secretária, Paula Ribeiro de Faria, daria continuidade aos trabalhos da Sessão e anunciou que a Continuação da Sessão Ordinária iria realizar-se no dia 14 de dezembro de 2020, seguida de uma Sessão Extraordinária, a realizar por meios telemáticos.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES -

O Senhor Ricardo Emanuel Freitas Melo Almeida disse que vinha aqui expor uma situação relacionada com a mobilidade e do trânsito no Campo 24 de Agosto. Referiu morar na Rua Duque de Palmela, no Bonfim, e todos os dias parecer que está num filme de terror, numa situação de terceiro mundo. Disse não conseguir perceber como é que a cidade do Porto, o centro de uma região, tenha uma Praça, um espaço público tão mal gerido, que ostraciza quem anda de carro, não havendo interesse de quem gere esta infraestrutura em resolver a situação. Disse que no local existem paragens de autocarro, passeadeiras, um Terminal Intermodal, Metro e que tudo se sobrepõe de uma forma casuística, não há ali uma otimização. Acrescentou ser certo que existem as obras no Bo-lhão e na Avenida Fernão de Magalhães, mas achar que isso não pode ser desculpa para quem gere o trânsito escolher sempre a solução mais fácil. Acrescentou que para agravar mais a situação o Campo 24 de Agosto é muito importante



para quem atravessa a cidade e vem do lado nascente, pessoas que moram em São Roque, Campanhã, pessoas que moram em Rio Tinto, Valbom, Oliveira do Douro e chegam ali e têm de esperar porque não interessa a que horas é que aquelas pessoas chegam ao trabalho, não interessa se as pessoas passam meia hora ali numa fila. Sublinhou que em junho deste ano alguém decidiu que a Avenida Rodrigues de Freitas podia ser cortada ao trânsito, ao sábado de manhã, originando filas e filas de trânsito, com carros a passarem em ruas residenciais, na zona de S. Vitor, em velocidade e muitas vezes alguns a passar em sentido contrário e a infringir o sentido proibido porque ninguém se quer meter no Campo 24 de Agosto em que, basicamente, o trânsito é todo direcionado para lá. Disse julgar ser um absurdo e não perceber qual é esta lógica de que a melhor forma de gerir o trânsito é condicioná-lo e pô-lo todo no mesmo sítio e obrigar a dar uma volta de 750 metros, o equivalente a estar na Praça da Liberdade e chegar aos Paços do Concelho, passando por aquilo tudo: táxis, passeadeiras, autocarros, semáforos. Disse que quem gere o trânsito acha isto bem, acha que é simpático e a melhor solução é quem mora no Bonfim ter que ir a pé e andar a pé para tudo e mais alguma coisa. Disse pretender sensibilizar os atores políticos desta cidade para o facto de ser muito importante haver atravessamentos Nascente-Poente. Disse haver muita coisa por se fazer nesta cidade e que o Porto não é Lisboa, uma vez que tem menos de 250 mil habitantes ao mesmo tempo que cada vez mais as cidades e os concelhos vizinhos têm mais população. Disse considerar que, daqui a uns anos, o Porto deixará de ter capacidade política e votos para poder fazer frente aquilo que Gaia e Matosinhos querem fazer. Disse não perceber como é que em Campanhã as pessoas conseguem viver em Azevedo, porque, não sendo natural do Porto, se sente envergonhado com o que vê ali: para chegar a Azevedo tenho que ir pelo Freixo e toda a gente tem que ir pelo Freixo. Disse achar que toda a gente é responsável, não é nenhum partido em concreto.

A Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia, Paula Ribeiro de Faria, referiu julgar que o Senhor Ricardo Almeida já tinha dado conhecimento



suficiente da situação à Assembleia e que talvez fosse mais útil dirigir-se à reunião do Executivo. Perguntou aos Membros da Assembleia presentes se pretendiam intervir sobre o assunto.

O Senhor Eduardo António Durães Rêgo, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, disse que o Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim estaria sempre à disposição para ouvir as queixas dele e tentar resolver, dentro do possível, aquilo que for possível resolver. Aconselhou a marcação de uma reunião com o Presidente de Junta que, depois de o receber em reunião, encaminhará para o respetivo Pelouro da Câmara, as suas preocupações.

E nada mais havendo a tratar, a **Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Paula Ribeiro de Faria**, submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a Sessão, eram 20h00.

O Presidente da Assembleia Municipal

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária

Paula Ribeiro de Faria